



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Amanda Moura da Costa

MUSEALIZAÇÃO, HISTÓRIA POLÍTICA E PROCESSOS TRANSICIONAIS

NA CASA DA HISTÓRIA EUROPEIA, NO MUSEU DO
ALJUBE E NA TOPOGRAFIA DO TERROR

Dissertação de Mestrado em Património Cultural e Museologia, orientada pelo Professor Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes e Professora Doutora Joana Sá Ricarte Alvarenga Pinheiro da Mota, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2023

FACULDADE DE LETRAS

MUSEALIZAÇÃO, HISTÓRIA POLÍTICA E PROCESSOS TRANSICIONAIS NA CASA DA HISTÓRIA EUROPEIA, NO MUSEU DO ALJUBE E NA TOPOGRAFIA DO TERROR

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	Musealização, História Política e Processos Transicionais
Subtítulo	Na Casa da História Europeia, no Museu do Aljube e na Topografia do Terror
Autor/a	Amanda Moura da Costa
Orientador/a(s)	Professor Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes Professora Doutora Joana Sá Ricarte Alvarenga Pinheiro da Mota
Júri	Presidente: Doutor Francisco Paulo de Sá Campos Gil Vogais: 1. Doutor Alexandre Guilherme Barroso Matos Franco de Sá 2. Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes
Identificação do Curso	2º Ciclo em Património Cultural e Museologia
Área científica	Património Cultural e Museologia
Especialidade/Ramo	Museologia
Data da defesa	24-outubro-2023
Classificação	17 valores



AGRADECIMENTOS

Uma vez terminada esta etapa, ao olhar para trás, vejo como ela contou direta e indiretamente com o apoio de tantas pessoas.

Agradeço aos meus orientadores, ao Doutor João Paulo Avelãs Nunes por desde o início, ainda no primeiro ano do mestrado, ter mostrado disponibilidade, e interesse pelo tema aqui estudado, pelas conversas que proporcionaram muitas reflexões e pela escuta atenta. À Doutora Joana Ricarte pelos comentários e sucessivas correções do manuscrito, pelos conselhos e por toda a atenção que certamente influenciou o meu gosto pelo meio académico. A vossa orientação foi crucial para o estudo e a escrita da dissertação e para o meu amadurecimento intelectual.

Agradeço à Doutora Geneviève Warland, que acompanhou o meu Erasmus em Bruxelas, pela disponibilidade e a ajuda que desde o início demonstrou, pelo acolhimento e por garantir toda uma infraestrutura para o meu período de mobilidade. Agradeço também à Divisão de Relações Internacionais da Universidade de Coimbra, à Ana Isabel Ferreira por acompanhar o meu processo de candidatura e o período de mobilidade. Além do Serviço de Relações Internacionais da Universidade Católica de Louvain (UCLouvain), pelo qual agradeço diretamente à Corine de Potter.

À Christine Dupont pela entrevista, pelo interesse no meu estudo e pela disponibilidade em receber-me.

Aos colegas do mestrado pelas conversas e pela partilha, em especial à Magda e ao António. À Teresa que acompanhou todo o processo da escrita, os seus desafios e sempre se demonstrou aqui para mim. À minha tia Ana pelo acolhimento, pela compreensão e por ser um porto seguro sempre que eu precisei.

Obrigada, Gonçalo, por ter estado sempre presente, pela paciência, e pelo interesse em ouvir sobre “coisas de museus e de filosofia”. O seu apoio fez muita diferença nos meus momentos mais desafiantes.

Finalmente, agradeço de modo especial aos meus pais que sempre estiveram presentes durante o processo de escrita da dissertação, apesar do mar que nos separa, mas, sobretudo, porque sempre se fizeram presentes na minha vida, com amor, cuidado e paciência. Muito obrigada pelo incentivo, por abraçarem os meus sonhos e por acreditarem em mim. Agradeço também aos restantes familiares pela cumplicidade, aos meus avós, aos meus tios e aos meus primos.

Obrigada a todos por me mostrarem que fazer investigação não precisa ser uma tarefa solitária!

RESUMO

Musealização, história política e processos transicionais: na Casa da História Europeia, no Museu do Aljube e na Topografia do Terror

Com esta dissertação pretende-se estudar o papel da museologia e dos processos de patrimonialização de memórias que aparecem como uma forma de apoiar processos de reconciliação de sociedades no rescaldo dos momentos de transição política. Pretende-se igualmente compreender como e de que forma a museologia tem sido utilizada como ferramenta de intervenção social nos processos transicionais nas sociedades contemporâneas e quais são as suas implicações.

Através do estudo de três realidades museológicas distintas: a Casa da História Europeia, em Bruxelas, o Museu do Aljube, em Lisboa, e a Topografia do Terror, em Berlim. Estes estudos de caso foram escolhidos com o intuito de explorar o potencial dos museus como espaços de reconciliação de narrativas e de memórias conflituosas, que enquanto utilizados como uma estratégia, complementam a justiça transicional, ao integrarem objetivos mais amplos como a consolidação democrática. Uma vez ligados às histórias políticas, estes museus foram escolhidos porque trabalham com processos transicionais diferentes, como a alteração do Estado-Nação para a comunidade europeia, o combate à ditadura e a fuga ao autoritarismo.

Após um estudo pormenorizado, argumenta-se que a Museologia não deve buscar a reconciliação de modo abstrato, mas sim de uma forma que favoreça uma narrativa objetificante e que tenda para uma representação mais abrangente dos diversos momentos que constituem a memória histórica acerca do passado, mesmo que isto implique o reconhecimento de memórias contenciosas.

Palavras-chave: musealização; processos transicionais; transição política; reconciliação; património europeu

ABSTRACT

Musealization, political history and transitional processes: at the House of European History, at the Aljube Museum and in the Topography of Terror

This dissertation aims to study the role of museology and the processes of patrimonialization of memories that appear as a way of supporting processes of reconciliation of societies in the aftermath of moments of political transition. It is also intended to understand how and in what way museology has been used as a tool for social intervention in transitional processes in contemporary societies and what its implications are.

Through the study of three distinct museological realities: the House of European History, in Brussels, the Aljube Museum, in Lisbon, and the Topography of Terror, in Berlin. These case studies were chosen with the aim of exploring the potential of museums as spaces for reconciling conflicting narratives and memories, which, while used as a strategy, complement transitional justice, by integrating broader objectives such as democratic consolidation. Since they are linked to political histories, these museums were chosen because they work with different transitional processes, such as the change from the Nation-State to the European community, the fight against dictatorship and the escape from authoritarianism.

After a detailed study, it is argued that Museology should not seek reconciliation in an abstract way, but rather in a way that favors an objectifying narrative and that tends towards a more comprehensive representation of the different moments that constitute historical memory about the past, even if this implies the recognition of contentious memories.

Keywords: musealization; transitional processes; political transition; reconciliation; european heritage

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1	5
1.1 Processos transicionais, justiça transicional e história política contemporânea	5
1.2 Memorialização, museus e transição política: perspectiva atual e processo	8
1.3 Memórias, disputas de narrativas e reconciliação	12
1.4 Reconciliação ou polarização: o duplo potencial dos museus	16
Capítulo 2	20
2.1 A Casa da História Europeia	20
2.2 O património e a memória na Casa da História Europeia	24
Capítulo 3	28
3.1 O Museu do Aljube – Resistência e Liberdade	28
3.2 Transição política e memória: antecedentes históricos do Museu do Aljube	33
Capítulo 4	35
4.1 A Topografia do Terror	35
4.2 Locais de memória em Berlim: contribuições da Topografia do Terror	39
Capítulo 5	41
5.1 Considerações sobre reconciliação nos museus	41
Conclusão	47
Bibliografia	49
Anexos	60

INTRODUÇÃO

A ascensão dos extremismos políticos¹ constitui-se numa das mais relevantes ameaças às democracias contemporâneas. A normalização e institucionalização de partidos políticos com características nacionalistas, racistas e intolerantes, apesar da sua anterior presença, agora, sustentados por um aumento de apoio eleitoral, conduzem a relatos de uma revolução populista (Galston, 2017). O centro-esquerda e o centro-direita reposicionam-se para este programa de emergência. Perante este desafio, é essencial analisar qual tem sido a função desempenhada pelos usos, representações e musealizações do património e da cultura na sociedade contemporânea.

A utilização da museologia e dos processos de patrimonialização de memórias aparecem como uma forma de apoiar processos de reconciliação de sociedades no rescaldo dos conflitos/momentos de transição política (Balcells et al., 2018; Light et al., 2021). A referir, por exemplo, o fim da Segunda Guerra Mundial, o 25 de Abril de 1974 em Portugal e, posteriormente, o fim da Guerra Fria, marcado pela queda do muro de Berlim e todo o simbolismo relacionado com o “fim” das divisões, da construção de uma Europa unida pela União Europeia e pelo triunfo do liberalismo como contexto específico de ruturas políticas e alterações de regimes e sistemas de poder que colocam a necessidade de processos transicionais e deixam premente o papel da museologia para a (re)construção das sociedades e das identidades coletivas nestes cenários.

O impacto desses processos de reconciliação na construção de democracias resilientes, de identidades inclusivas e de recordação e comemoração que marcam um passado que não queremos esquecer, mas também não queremos que se repita num contexto em que vemos o retorno a este passado, Marta Anico (2006) aponta a necessidade de se pensar criticamente no papel dos museus na contemporaneidade, como uma área de estudos interdisciplinar que não está apartada do contexto histórico atual.

¹ O extremismo manifesta-se tanto na posição política à direita como à esquerda e caracteriza um comportamento que historicamente se concretiza em movimentos e/ou partidos com uma ação subversiva e violenta (Bobbio, 2013).

Assim, este estudo visa analisar como e de que forma a museologia tem sido utilizada como ferramenta de intervenção social nos processos transicionais nas sociedades contemporâneas e quais são as suas implicações. A presente dissertação visa explorar como a museologia contribui para os processos de (re)negociação da memória e de (re)construção dos discursos hegemónicos sobre o património através do estudo aprofundado de três estudos de caso: a Casa da História Europeia (Bruxelas, União Europeia), o Museu do Aljube (Lisboa, Portugal) e a Topografia do Terror (Berlim, Alemanha). Estes museus ligados às histórias políticas foram escolhidos porque trabalham com processos transicionais diferentes, como a alteração do Estado-Nação para a comunidade europeia, o combate à ditadura e a fuga ao autoritarismo.

Numa perspetiva mais normativa, este projeto parte da perceção de que o museu deve se constituir como espaço de reconciliação de narrativas que perante a(s) crise(s) das democracias é central refletir sobre como queremos trabalhar. Seguindo uma linha baseada na investigação-ação, que considera a importância da investigação para a sociedade, este trabalho pretende fornecer ideias para se pensar no potencial dos museus enquanto espaços de reconciliação na sociedade.

Buscando uma abordagem metodológica que explore os processos históricos e contemporâneos em relação com a musealização do património, o método de estudo de caso comparado foi escolhido. Seguindo Robert Yin (2014) que caracteriza o estudo de caso como *“uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo (o caso) em profundidade e no seu contexto no mundo real”* (Yin, 2014, p.16). O presente estudo reside do esforço por delimitar os estudos de caso bem como as suas circunstâncias históricas, ligadas aos eventos de história contemporânea, processos de transição política e respetivas iniciativas de musealização.

Valendo-nos de consulta bibliográfica sobre estudos de caso comparado, a abordagem por comparação permite tirar dos casos os seus resultados, influências e como casos aparentemente distintos podem estar relacionados a tendências ou pressões semelhantes (Bartlett & Vavrus, 2016, p.7). Em suma, olhando para as três realidades distintas escolhidas, visa-se analisar a possibilidade de construir projetos museológicos e iniciativas patrimoniais, bem como um estudo aprofundado permite tirar conclusões inovadoras.

Como motivação por trás da escolha dos estudos de casos está o papel que tais empreendimentos museológicos, com valor patrimonial, prestaram à sociedade na reconciliação após transição de regimes políticos e como trabalham as memórias conflituosas. Este estudo busca analisar a Casa da História Europeia como representante da transição do Estado-Nação para a comunidade europeia, resultado da iniciativa “Museus da Europa” que visava a constituição de uma memória europeia, imprescindível para a construção da identidade europeia (Mazé, 2012, p. 72). O Museu do Aljube que veio preencher uma lacuna no tecido museológico português sobre a ditadura do Estado Novo e, segundo Luís Farinha (2017), como resultado do acordar de uma aparente amnésia (Farinha, 2017, p.23), representa neste estudo a musealização de um processo transicional do combate à ditadura para a democracia. Por último, a Topografia do Terror incorporada na política de memória da Alemanha juntamente com o Museu Judaico e o Memorial às Vítimas do Holocausto (Robin, 2014, p.2) que documenta os horrores praticados pelos nazistas, como um espaço musealizado que assinala as marcas do autoritarismo e a transição para a democracia.

Perante casos delimitados por assuntos de história política contemporânea, recorrer-se-á a bibliografia de museologia e processos transicionais, usos do património e memorialização bem como revisão de literatura dos referidos temas. Tendo como objetivo a contribuição nessa área de investigação, o trabalho de campo será utilizado. Este estudo conta com um período de mobilidade de três meses realizado em Bruxelas na Bélgica sob o abrigo do programa de mobilidade Erasmus+, sendo a instituição de acolhimento a Universidade Católica de Louvain (UCLouvain), que permitiu desenvolver o trabalho de campo com a elaboração da entrevista semiestruturada e a recolha de dados preexistentes, através do acesso aos catálogos das exposições temporárias desenvolvidos na Casa da História Europeia.

O planeamento inicial da dissertação envolvia a realização de entrevistas com os diretores/curadores dos três museus, entretanto, por falta de disponibilidade, só se realizou a entrevista com a curadora da Casa da História Europeia. Optamos pela entrevista semiestruturada visando recolher a sua visão quanto o envolvimento dos museus nos temas contemporâneos e, no âmbito da reconciliação, o que oferecem às sociedades e quais são as consequências de aceitar apresentar a história como reconciliação.

Assumimos como relevante a percepção dos diretores/curadores e acreditamos que contribuirá para o avanço do estudo pelas informações significativas de quem trabalha no espaço e a visão de como está sendo conduzido o museu. A entrevista contou com o estabelecimento prévio da auscultação, informação prévia da dissertação, bem como, autorização para a transcrição das respostas.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos mais a introdução, conclusão, bibliografia e anexos. O primeiro capítulo apresenta as referências teóricas e conceituais sobre musealização, processos transicionais e memorialização. Seguindo a consulta de bibliografia específica sobre museologia e justiça transicional, faz uma primeira apresentação dos conceitos que norteiam o presente estudo. Destaca a memória, memórias contenciosas e discursos autorizados.

Os estudos de caso são os objetos de estudo do segundo, terceiro e quarto capítulo que se segue com a explicação do surgimento de cada um dos três museus e a sua construção em relação aos processos transicionais, enquanto estratégia de memorialização e potenciais apresentadores da história como reconciliação. No quinto capítulo utilizamos uma grelha teórica para comparar as manifestações de polarização ou reconciliação nos museus estudados através de cinco dimensões, e sintetizamos as informações apresentadas nos capítulos anteriores.

Na conclusão sinalizamos a pertinência deste estudo e a sua importância/relevância perante o atual cenário de ascensão de extremismo político, crise das democracias e a utilização dos museus como ferramenta de intervenção social.

CAPÍTULO 1

1.1 PROCESSOS TRANSICIONAIS, JUSTIÇA TRANSICIONAL E HISTÓRIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Desde que as sociedades emergiram de conflitos e transitaram de um regime para o outro houve a relação com atividades que agora consideraríamos mecanismos de justiça transicional. As transformações que ocorreram nos Estados do Sul da Europa e da América Latina durante os anos de 1970 e 1980, com os regimes autoritários que governavam a maior parte dos Estados dessas duas regiões, deram sinais definitivos de crise e de esgotamento (Quinalha, 2013, p.22). A referir o 25 de Abril de 1974, data da Revolução dos Cravos em Portugal, e uma vaga histórica que se estende não apenas pela Europa mediterrânea, mas também cruzando o Atlântico, em diferentes países da América Latina.

Os países passaram por mudanças políticas e enfrentaram diferentes desafios na ordem da transição dos regimes políticos. Tal momento de excecionalidade política, colapso dos regimes autoritários contemporâneos, evocam mecanismos de justiça transicional para lidar com os eventos que ocorreram. O conceito de justiça transicional assume uma posição de destaque na década de 1990 (Buckley-Zistel & Schafer, 2014, p.1) e se refere a uma série de medidas com o objetivo de (re)construir instituições democráticas e reparar relações comprometidas entre grupos em momentos de excecionalidade política. Segundo Barahona de Brito (2009) as condições que modelam o processo de prestação de contas da justiça transicional são quatro: contexto transitório, legados autoritários, heranças históricas e o contexto internacional (Barahona de Brito, 2009, p.64). As transições por rutura, por exemplo, oferecem um maior âmbito de ação entre a parte favorável e os contrários à implementação de medidas transicionais.

Portanto, fala-se da utilidade da justiça transicional após períodos de conflitos, genocídio, repressão, governo autoritário ou outras formas de violência política (Light, 2021, p.2). Enquanto a justiça transicional passa pelo sistema judiciário, o processo transicional é multivetorial. O processo transicional utiliza instrumentos e mecanismos diferentes, incluindo: tribunais nacionais e internacionais, comissões de verdade, memorialização e reforma institucional (Bonacker & Buckley-Zistel, 2013, p.5). Cabe ao processo transicional pôr o peso adequado aos acontecimentos que desencadearam a necessidade de uma justiça transicional. Os mecanismos utilizados pelo processo

transicional podem promover ou dificultar processos de transição (Mihr, 2021), não existe uma garantia automática para um determinado resultado político ou social, porque tais medidas podem ser politicamente instrumentalizadas e o resultado, por consequência, depende de uma variedade de diferentes atores envolvidos.

Este estudo utiliza o significado de “transição” que está em Barahona de Brito (2004): *“a passagem de um regime não democrático a outro democrático, e não simplesmente uma mudança de governo ou um processo de liberalização dentro de um regime autoritário”* (Barahona de Brito, 2004, p.41). Entende-se que a justiça transicional foi para além do domínio do jurídico, e abrange também o político (Bickford, 2004, p.1045), como os processos criminais de perpetradores individuais (tribunais), iniciativas de busca da verdade para lidar com questões passadas de abuso e esclarecer relatos históricos do passado (comissões da verdade e órgãos de investigação) como, também, reparações materiais e/ou imateriais às vítimas e iniciativas de memorialização que homenageiam as vítimas.

Apesar da justiça transicional ocupar-se dos acontecimentos passados, a sua operacionalidade está voltada para o futuro com as medidas que se tornam um motor para a consolidação de regimes em países pós-conflito e em transição. A transição política é entendida, pois, como um momento histórico em aberto, um processo complexo e não linear, com diversas forças sociais que visam contribuir para o benefício da coletividade que no rescaldo da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, utilizaram as iniciativas de memorialização integradas em processos transicionais como meio de lidar com o passado e ajudar a restaurar relações comprometidas entre grupos (Balcells et al., 2018). Monumentos públicos e comemorativos, nomes de ruas, museus e manuais escolares continuam a ser alvo de controvérsia como parte do processo de comemoração ou do esquecimento.

Nesse processo é difícil o equilíbrio de interesses e consequências entre julgamentos, perdão, memoriais e reparações quando pode existir uma inclinação constante por mais justiça ou por mais verdade. Anja Mihr (2021) aponta que o equilíbrio advém das partes envolvidas nacionalmente e internacionalmente (Mihr, 2021, p. 19) com o objetivo de mesmo com decisões que poderiam constranger os interesses públicos, avançaria um processo de decisão inclusivo e plural. Os eventos históricos que marcam a necessidade da justiça transicional podem ser verificados desde as origens das sociedades ocidentais. Entretanto, a abordagem mais sistemática, a afirmação enquanto conceito

específico e capaz de abranger distintos acontecimentos históricos, diferentes necessidades sociais até as políticas, é marcadamente contemporânea (Quinalha, 2013, p.85).

Seguindo as três fases da justiça transicional, com origem na conferência de 1992 de Ruti Teitel, que permitem ilustrar a relação com a história política contemporânea, sendo a primeira fase da justiça transicional no período marcado pelo Tribunal de Nuremberga, pós Segunda Guerra Mundial, e destaca-se o caráter excepcional de acontecimentos históricos como esses, marcados ainda pelo contexto da Guerra Fria. Na segunda fase compreende-se as redemocratizações sul-europeias e latino-americanas, a partir da década de 1970, até a liberalização dos regimes autoritários do Leste Europeu, África e América Central, e pós acontecimentos de 1989. A terceira, e atual fase, emerge no fim do século XX (Quinalha, 2013) e está associada à globalização e marcada pela normalização do paradigma da justiça transicional. Nesse sentido, destacamos as origens historicamente excepcionais do termo justiça transicional para tornar-se em algo institucionalizado e integrado.

Apesar da percepção um tanto do senso comum que as transições ocorrem de forma instantânea, o que corresponde em parte com a realidade no sentido em que existem tarefas e questões que aparecem de imediato a um novo governo, as questões de memória e memorialização integram muitas vezes as questões posteriores. A necessidade de (re)construção de narrativas e a integração das memórias históricas passam a assumir uma particular importância para as sociedades que atravessam processos transicionais.

Após a explanação do que abrange a justiça transicional e os mecanismos que a integram, a particular relação com a história política contemporânea, especialmente com os eventos históricos, ao longo dos subcapítulos serão apresentados e relacionados sob o enquadramento dos processos transicionais, os conceitos de memorialização e transição política e a sua relação, com as narrativas, memórias contenciosas e disputas de poder.

1.2 MEMORIALIZAÇÃO, MUSEUS E TRANSIÇÃO POLÍTICA: PERSPETIVA ATUAL E PROCESSO

A mudança de regime implica um enfrentamento às questões do passado e muitas vezes envolve períodos históricos que a maioria das pessoas preferiria esquecer. Qual papel a memória e o esquecimento podem exercer nesse cenário de transição? Seguimos a definição do período de transição caracterizado como o intervalo entre um regime político autoritário e um democrático (Barahona de Brito, 2004), marcado no início pela dissolução do regime autoritário, que segundo Helga Welsh (1994), a dissolução muitas vezes começa antes dos sinais de insatisfação publicamente manifestados e o período de transição não termina com a eleição do novo governo (Welsh, 1994, p.380). Sinalizando a mudança de regime que envolve mudanças em muitos níveis. Os esforços para memorializar o passado são assumidos como uma chance da sociedade construir uma paz duradoura (Balcells et al., 2018). Um desses esforços reside na construção de memoriais e museus, construídos para auxiliar distintos processos transicionais, que ocupam um papel particular na reconciliação de narrativas e memórias. Os atos públicos de lembrança servem para relembrar o passado, mas também para moldar o futuro (Rigney, 2012, p.251) e essa interação entre rememoração e construção do futuro é entendida como crucial para se encontrar maneiras de atingir um acordo sobre os acontecimentos do passado.

Tal acordo também coloca a questão de como adaptar o património tangível e intangível com o novo regime. As iniciativas de memorialização seguem o esforço de adaptação às novas circunstâncias, mas também o património. A destruição do património, como a derrubada de estátuas e monumentos, aparece como a solução mais radical, a princípio parecendo uma opção razoável, mas também se assinala que iniciativas de repressão do passado podem desencadear um efeito oposto do esperado, ao incentivar um certo nível de simpatia (Benton, 2010, p.127).

Estamos na terceira vaga de democratização e transições democráticas que entre 1974 e 1990 dobrou o número de governos democráticos no mundo e, o papel da Comunidade Europeia é mencionado como fundamental na consolidação da democracia no sul da Europa (Huntington, 1991, p.14). Exemplos como a Grécia, a Espanha e Portugal colocam o estabelecimento da democracia como necessária para garantir os benefícios económicos da adesão à Comunidade Europeia. Fala-se, portanto, da qualidade das democracias contemporâneas relacionada com o modo como as sociedades lidam com o passado (Pinto, 2013, p.19) e diante do atual cenário político, marcado pelo avanço do extremismo e da crise das democracias podemos propor o questionamento de como está sendo desenvolvido esse potencial de visitar o passado nos museus e locais de património cultural? Houve mudanças expressivas no modo de os conduzir? Ressaltamos a virada para o século XXI onde assistimos a uma instabilidade política provocada ainda pelos sucessivos acontecimentos do século XX

– avanço do extremismo, de políticas de exclusão e crise dos valores. Se anteriormente esse foi o quadro de acontecimentos definidores do século XX, agora a nossa preocupação é assistirmos ao retorno desse passado. A crise das democracias que enfrentamos direciona a nossa atenção para como queremos trabalhar nos museus.

O atual falhanço das democracias (Levitsky & Ziblatt, 2018) indica uma profunda transformação a acontecer nas sociedades. A vitória de Donald Trump em 2016 é caracterizada por Levitsky & Ziblatt (2018) como “surpreendente”, e o declínio do regime democrático nos Estados Unidos é um alerta de que as democracias agora colapsam primeiro nas urnas eleitorais (Levitsky & Ziblatt, 2018, p.9). Como consequência das sociedades polarizadas, uma outra alteração nas democracias aparece no comportamento de pessoas que antes concordavam relativamente com a democracia enquanto o regime político mais adequado, e agora estão radicalmente em lados opostos do espectro político (Applebaum, 2020, p.13).

Assinalando a atual polarização de pensamentos políticos, Clovis Carvalho Britto (2019) aponta:

“Evidencia-se uma crise na democracia representativa com fortes consequências na política de memória, caracterizada por fenômenos transnacionais de opressão, pelo crescimento de grupos ultraconservadores e pelas tentativas de enfraquecimento dos espaços de expressão da diferença. Essas transformações impactam efetivamente o campo da Museologia e a atuação dos profissionais dos museus” (Britto, 2019, p.214).

Nesse sentido, importa-nos questionar no que se refere aos sítios patrimoniais e museus, como esse passado está sendo encarado e trabalhado? Visto que a crise das democracias contemporâneas coloca como questão aos museus sobre a sua participação na sociedade, recorrer-se-á a sua utilização integrada em iniciativas de memorialização nos processos transicionais para compreender melhor essa capacidade normativa dos mesmos.

As iniciativas de memorialização – museus, monumentos, exposições temporárias, manifestações, desfiles, etc. – podem assumir uma ampla variedade de formas, que visam confrontar o passado como meio de recuperação social, e como um mecanismo fundamental de reconciliação das sociedades ou

de fracturação entre os seus indivíduos. Já que a memória e a história por serem altamente contestáveis podem acabar por minar a reconciliação (Hamber et al., 2010, p.398) e serem reinterpretadas de uma geração para outra. Diante do exposto, buscamos analisar os conceitos de memorialização, museus e transição política em contexto de processos transicionais e destacar o potencial dos museus para tecer reparações simbólicas e para promover a reconciliação de narrativas e memórias, através da reformulação da identidade nacional e/ou reparar relações comprometidas entre grupos (Barsalou & Baxter, 2007).

Enquanto recurso socialmente útil, hoje o papel e a responsabilidade dos museus são diferentes do que eram antes (Anico, 2006, p.98). Terminado, pois, o período dos gabinetes de curiosidades ou coleções que atestavam um reconhecimento/posição social das elites, assistimos ao crescente reconhecimento de que os museus não são espaços neutros (Janes & Sandell, 2019, p.8), que se revela na utilização dos seus potenciais de recurso social e, sobretudo, mais do que potenciais a serem utilizados, passam a ser uma obrigação dos mesmos. Recurso social que se manifesta no poder de envolver os visitantes nas questões contemporâneas, o “poder dos museus” que nos traz a refletir e trabalhar no espaço museológico e junto à sociedade, como foi o tema do *International Council of Museums* (ICOM) para o Dia Internacional dos Museus à 18 de Maio em 2022². Os museus são investidos do poder de representar certos pontos de vista como naturais, aceitáveis e verdadeiros. Este poder carrega inevitavelmente um fardo de responsabilidade – responsabilidade pelas mensagens apresentadas e pelas mensagens não apresentadas.

Atualmente, o alcance dos museus e o reconhecimento de que as sociedades escolhem o que lembrar e/ou esquecer, entendendo o património como seleção e o uso seletivo do passado como recurso para o presente e futuro (Ashworth & Graham, 2005), museus e locais patrimoniais valem-se do passado e das memórias individuais e coletivas para negociar novas formas de expressar identidades e valores. Segundo Laurajane Smith (2006), os usos do património que envolvem questões de poder, legitimidade e hegemonia. Como consequência das concepções pós-modernas de património cultural, a (re)apropriação do património do século XX e o interesse nas últimas décadas nas questões de memória e memorialização como temas centrais das Ciências Sociais e dos estudos de memória (Light, 2021, p.1); a criação de diversos museus e memoriais no rescaldo da Segunda Guerra Mundial e do

² International Museum Day 2022: The Power of Museums, tema do ICOM para o Dia Internacional dos Museus à 18 de Maio de 2022. Acedido pela última vez a 20 de Abril de 2023, em: <https://icom.museum/en/news/international-museum-day-2022-the-power-of-museums/>.

Holocausto, após períodos de violência política as sociedades em transição utilizam os museus, enquanto integrados nas iniciativas de memorialização dos processos transicionais, para memorializar o passado e ajudar a restaurar relações comprometidas entre grupos (Balcells et al., 2018).

O processo transicional vale-se das estratégias da memorialização como meio de auxiliar a transição de regimes e a construção\consolidação de identidades. A memorialização é entendida como o processo de construção de memoriais públicos – espaços físicos ou atividades comemorativas ligadas a eventos do passado, criando um espaço de aprendizado sobre o mesmo (Brett et al., 2007, p.1). A preocupação com as vítimas nos processos de memorialização aparece paralelamente com o desenvolvimento da justiça transicional enquanto área de estudo (Buckley-Zistel & Schäfer 2014, p.8). Com o final da Segunda Guerra Mundial, os julgamentos de Nuremberga (1945-1949), seguidos pelas primeiras comissões da verdade em resultado da repressão na América Latina na década de 1980, os museus foram sendo criados como meio de homenagem às vítimas e lembrança das atrocidades cometidas (Balcells et al., 2018, p.2). Nesse sentido, fala-se nos museus como um espaço de reparação simbólica.

Enquanto projeto de transição com uma repercussão internacional, o movimento museológico internacional *From Oppression to Democracy* iniciado em 1990, pelo museólogo do ICOM Vinos Sofka, foi apresentado à Conferência Geral da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) e aprovado em Outubro de 1995. Assinalando, assim, a importância do património cultural mundial para trabalhar o legado deixado pelo século XX (Vieregg, 2015, p.23). Resquícios do totalitarismo, locais que evocavam os acontecimentos do século XX como campos de concentração e o extermínio nazista na Alemanha, República Tcheca e Polónia, e os campos Gulag da União Soviética de Josef Stalin. Como encarar esses locais de memória e os transformar através dos processos de patrimonialização e musealização e os desenvolver como meios de reconciliação da sociedade pós transição de regime político?

Françoise Choay (2001) menciona um aumento no século XX do interesse cada vez maior pelo património na sua dimensão sociocultural (Choay, 2001, p.13). Isso implica novos contornos e significados que a palavra património sustenta. Quanto ao património do século XX, desenvolveu-se uma resposta ao que fazer com esse património, em termos museológicos, com a construção de museus e memórias, esperando prevenir a violência no futuro através do aprendizado sobre a violência

do passado. Segundo Maria Paula Araújo (2017) o “*mais expressivo ainda é quando se trata de museus e memoriais construídos em determinados lugares, não apenas em “lugares de memória”, mas principalmente em lugares que configuram disputas de memória*” (Araújo, 2017, p.74). A referir como exemplo o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade em Lisboa e o Museu Nacional Resistência e Liberdade na Fortaleza de Peniche, ambos construídos num espaço relacionado ao regime ditatorial do Estado Novo português, anteriormente funcionando como prisão política. Luís Farinha (2021a) descreve que esses locais de memória a partir de 2015 em Portugal e no resto da Europa foram alvos do aparecimento de forças de extrema-direita (Farinha, 2021a, p.6) que passam a reivindicar, no caso português, a herança do Salazarismo, a natureza do regime, como espaço antes ocupado pelos revolucionários.

Mais recentemente, outra resposta a esse património apareceu com os museus dos direitos humanos. Assume-se que a visita aos museus que tratam um passado repressivo estimula o respeito e a tolerância não somente pelos acontecimentos do passado, mas também nas relações contemporâneas. No surgimento da museologia de direitos humanos a organização *Federation of International Human Rights Museums* (FIHRM), fundada em 2010 como uma iniciativa internacional, possui um papel central (Cater & Orange, 2012, p.114). A FIHRM se dedica à premissa de que o trabalho museológico contemporâneo está mudando e o seu reconhecimento social também.

1.3 MEMÓRIAS, DISPUTAS DE NARRATIVA E RECONCILIAÇÃO

Os discursos de memória emergem pela primeira vez no Ocidente depois da década de 1960, marcado pelo contexto histórico no rastro da descolonização e dos novos movimentos sociais e por uma busca de histórias alternativas e revisionistas (Huyssen, 2004, p.10). Acompanhou-se a aceleração dos discursos da memória na Europa e nos Estados Unidos no começo da década de 1980, visto no debate sobre o Holocausto e no movimento testemunhal dos eventos relacionados com o Terceiro Reich. A memória é constituída por lembrança e esquecimento, sendo o esquecimento tão importante quanto a lembrança para a reconciliação.

Nesse sentido podemos falar numa ressonância da memória do Holocausto e, conseqüentemente, na globalização da memória. Andreas Huyssen (2004) aponta que:

“É precisamente a emergência do Holocausto como uma figura de linguagem universal que permite à memória do Holocausto começar a entender situações locais específicas, historicamente distantes e politicamente distintas do evento original. No movimento transnacional dos discursos de memória, o Holocausto perde sua qualidade de índice do evento histórico específico e começa a funcionar como uma metáfora para outras histórias e memórias” (Huyssen, 2004, p.13).

O Holocausto permite olhar para o global e o local da memória, para os discursos de memória traumática e também carrega o potencial de condicionar em alguma medida a percepção de histórias específicas. Como iniciativas museológicas precursoras relacionadas ao Holocausto estão: o Museu do Holocausto (United States Holocaust Memorial Museum) em Washington, e o Museu Judaico (Jüdisches Museum Berlin) em Berlim, construídos na década de 1990. Também em Berlim está a Topografia do Terror (Topographie des Terrors), inaugurada em 2010 como resultado da construção do Centro de Documentação no mesmo local, uma vez que antes, desde 2007, a exposição ocorria a céu-aberto num trecho remanescente do Muro de Berlim que há no local; Tal exposição documenta os horrores praticados pelos nazistas, e situa-se no local onde foram planejados e gerenciados os crimes, que durante o regime nazista estava a sede da Polícia Secreta – a Gestapo. Ademais, outra iniciativa museológica que importa ressaltar é o Museu Memorial Auschwitz-Birkenau, na Polónia, ocorrendo em 1947 a primeira exposição.

O exemplo do Holocausto como um evento histórico com influência transnacional destaca a memória compartilhada que permite unir o coletivo, e transmitir e moldar no presente por meio dos eventos comemorativos. Na Alemanha existe uma forte iniciativa para encarar o passado nazista, o crime, a violência e o horror do Holocausto. O passado nazista da Alemanha é considerado como exemplo de uma herança difícil (Macdonald, 2006), que apesar de reconhecida como parte da história e constituir a identidade alemã, também impele um distanciamento por parte de muitas pessoas. A ideia de património na Alemanha é associada com frequência ao nazismo e ao mesmo tempo que é reconhecida a importância de preservar esse património – os seus vestígios físicos, arquitetónicos – também se enxerga um potencial problema.

O risco da identificação inadequada das pessoas com os espaços anteriormente usados pelo partido nazista pede uma maior atenção no modo como serão administrados. As ruínas do terreno da Polícia Secreta do Estado, a Gestapo, fizeram as pessoas temerem uma reutilização por ex-soldados da polícia do Estado, a *Schutzstaffel* (SS), como memorial do que eles haviam perdido (Young, 1993, p.84) e, em Nuremberga, os espaços utilizados para os desfiles do Partido Nazista, nomeadamente, o edifício Zeppelin e o Palácio do Congresso foram construídos arquitetonicamente para impressionar e exercer uma influência nas pessoas. No Palácio do Congresso, em Nuremberga, há um centro de documentação com a exposição “Fascínio e Violência” inaugurada em 2001 sobre a ascensão do nazismo, as concentrações do partido, os locais de desfile e os julgamentos de Nuremberga. A escolha pela denominação de “centro de documentação” ao invés de “museu” teve como objetivo “*contornar um olhar de admiração e, por consequência, uma suspensão da crítica*” (Macdonald, 2006, p.108).

Quanto a capacidade de um grupo construir uma identidade por meio de memórias compartilhadas, Maurice Halbwachs (1990) enfatiza que a memória coletiva envolve as memórias individuais, mas sem se confundir com elas. Laurajeane Smith (2006) também diz que a memória coletiva possui um poder emotivo particular, possibilitando a tangibilidade e a representação. O aumento do interesse pela memória relaciona-se com o aumento do interesse social pela comemoração e lembrança nas sociedades ocidentais. No final da Segunda Guerra Mundial a reconstrução cultural e moral urgia após acontecimentos tão devastadores. Entretanto, no período pós-guerra, predominava o silêncio, o não reconhecimento e a repressão das memórias sobre o Holocausto (Casa da História Europeia, 2018, p.106). Se antes existia uma dificuldade e uma falta de conhecimento em como lidar com o passado, com as memórias conflituosas e com os países que colaboraram com o regime nazista, hoje, podemos constatar que o reconhecimento dos crimes cometidos contra a humanidade está no centro das discussões sobre a memória europeia.

Tal mudança no modo como os países passaram a lidar com as memórias conflituosas, suas apresentações e representações e com os acontecimentos do passado, remete-nos também as disputas, seleções e representações que estão sujeitas essas memórias. Nesse sentido, importa destacar que as disputas por passados e memórias acontecem porque os lugares de memória são criados e a eles atribuídos significados que nem sempre pertencem a todos os grupos que compõem a sociedade. Stephan Jaeger (2017) sinaliza que o desafio de negociar as memórias de eventos transnacionais reside em evitar formas homogêneas ou competitivas, como a memória europeia supranacional, que apagam a diferença e a alteridade em nome da identidade e homogeneidade

(Jaeger, 2017, p.25). Reconhecemos o papel dos museus, no que diz respeito às memórias contenciosas/conflituosas, em acomodar as diversas maneiras pelas quais diferentes comunidades realmente vivenciaram e relembram o passado.

Buckley-Zistel & Schäfer (2014) referem a capacidade que o memorial tem de condensar uma narrativa complexa em um símbolo simples que pode ser reutilizado em vários contextos. Isso aponta um potencial, mas também uma limitação em certa medida dos museus ao apresentarem uma memória e não conseguirem garantir uma continuidade e supremacia de uma narrativa particular, *“nem podem impedir que o evento seja sujeito a reinterpretações, levando a narrativas concorrentes sobre as vítimas ou vencedores”* (Buckley-Zistel, & Schäfer, 2014, p.5).

Isso reflete-se, por exemplo, na preparação de uma exposição permanente ou temporária nos museus. Como escolher qual será o ponto de partida de uma exposição em termos de acontecimentos históricos? Oferecer uma visão geral dos acontecimentos aos visitantes é uma tarefa difícil, uma solução está em os agrupar em termos de processos e fenômenos compartilhados e não por acontecimentos ocorridos entre os limites fronteiriços. A Casa da História Europeia apresenta esforços nesse sentido. Delimitar as memórias que dizem respeito a maioria dos europeus e as apresentar como uma narrativa compartilhada exige recuar um pouco e primeiro desenhar um perfil da Europa. O primeiro piso da exposição permanente na Casa da História Europeia ocupa-se dessa tarefa, de responder *“o que é a Europa?”*.

Quanto as reinterpretações pelas quais as narrativas nos museus podem passar, pontuamos que a instrumentalização política pode minar a reconciliação almejada. Como por um lado apresentar as memórias e esse passado em comum auxilia a construção da memória europeia, necessária para a existência da identidade europeia (Mazé, 2012, p.72), por outro lado, fala-se da dificuldade de mostrar uma cultura europeia e através de quais meios, testemunhos e objetos.

Parece difícil mostrar essas memórias nos museus pelas suas pluralidades e diversidades de atores e como mesmo com as disputas de narrativas podemos falar de reconciliação. A difícil decisão inicial dos governos de transição, de como lidar com as injustiças do passado, mas ao mesmo tempo sem interromper uma transição democrática bem-sucedida (Balcells et al., 2018). Por exemplo, as

sociedades com um passado recente de violência política podem apresentar-se com questões emotivas e divisivas. Além do próprio cenário de reconciliação que pode ajudar a ofuscar o facto de que as injustiças do passado persistem no presente (Rigney, 2012, p.253) sendo importante, portanto, direcionar para uma necessária mudança radical no presente, sem recorrer, apenas, às iniciativas simbólicas em relação ao passado.

Isso implica às iniciativas de memorialização tanto um risco como uma promessa para a sociedade. Ressalta-se, portanto, a possível falta de consenso sobre os eventos do passado que podem minar as políticas de justiça transicional. Então, como garantir que a memorialização seja integrada em estratégias mais amplas para a construção da democracia e a apoiar ao invés de a prejudicar? A memorialização apesar de ser reconhecida como um mecanismo de justiça transicional é um campo subdesenvolvido ou desigualmente desenvolvido (Brett et al., 2007). Isso acontece porque muitas vezes as iniciativas de memorialização são entendidas como fora do processo político, ou seja, como responsabilidade do setor cultural. Em contrapartida, outras iniciativas de justiça de transição, como comissões de verdade, processos judiciais e reformas políticas estão sujeitas ao escrutínio público (Brett et al., 2007).

Os locais de memória podem ser utilizados para buscar a reparação, absolvição, apresentar acusações contra seus inimigos, estabelecer reivindicações conflitantes de vitimização ou promover agendas ideológicas. O alcance e utilização da memorialização e dos locais de memória aparecem como processos altamente políticos que são moldados por quem está no poder (Barsalou & Baxter, 2007, p.4). Isso implica uma relação dos locais de memória entre política e memória coletiva.

1.4 RECONCILIAÇÃO OU POLARIZAÇÃO: O DUPLO POTENCIAL DOS MUSEUS

O alcance da Museologia a nível social desenvolveu-se com a concepção do novo património cultural e a Nova Museologia. As concepções do património cultural tradicional e da Museologia tradicional, denominada a partir da segunda metade da década de quarenta do século XX, estão na origem do que hoje chamamos de património cultural e Museologia. Entretanto, a Nova Museologia e o novo património cultural aprofundaram práticas democráticas e introduziram a noção da comunidade envolvente aos museus.

Assistimos às mudanças nas noções de património cultural e Museologia com o final da Segunda Guerra Mundial. Anteriormente, a criação da categoria de Estado-nação utiliza o património como meio de criar narrativas nacionais, mas não atestava um consenso da sua criação relacionada com a necessidade e generalização de monumentos e de museus. Sucede-se que após a Segunda Guerra Mundial o papel do património cultural e da Museologia assume uma centralidade na sociedade (Nunes, 2016). Desencadeia-se no período de pós-guerra um movimento em defesa da patrimonialização, o anseio por conservar e preservar o património. A Museologia caracterizada como uma tecnologia derivada das Ciências Sociais, enquanto tal, urge pela investigação científica e por práticas museográficas.

Esse novo alcance da Museologia permitiu utilizar o potencial dos museus de consolidar e, se necessário, impor e inventar uma história, uma memória e uma identidade cultural nacional. Valendo-se desse potencial, os museus passam a ser utilizados como uma das iniciativas de memorialização, auxiliando na construção da memória social após períodos de violência política, transição de regimes e em iniciativas mais amplas de consolidação de identidades. Entretanto, o entendimento do património como uma estratégia essencialmente positiva após situações de conflito não é consensualmente difundida. John Giblin (2014) considera o uso do património após situações de conflitos como não sendo essencialmente positivo ou negativo.

O património não seria, portanto, utilizado como uma estratégia a ser selecionada ou evitada, mas um elemento comum de renovação pós-conflito que permitiria fornecer a reparação e a cura simbólica (Giblin, 2014, p.500). Isso coloca o uso do património para além das questões se de facto existe uma cura pelo património, e o direciona para um nível de programas de apoio a processos sociais mais amplos, como a construção de uma cultura de direitos humanos, a consolidação/manutenção da democracia ou a garantia de justiça. As experiências simbólicas significativas no património relacionam-se quando ocorrem coletivamente em torno de materiais emotivos, espaços, narrativas e tradições para atingir, então, a reparação e a cura simbólica. A reparação simbólica relaciona-se com a reconciliação na medida em que reconhecer o passado promoveria resultados desejáveis, como tolerância e reconciliação de pessoas em lados opostos, por exemplo, do espectro político (Balcells et al., 2021).

Judy Barsalou (2014) aponta a definição de reconciliação como um processo multilateral que envolve a responsabilidade nacional, mas também requer uma coordenação que inclua todos os setores da sociedade:

“Diverse legal, social, political and economic policies and dynamics need to be at work if reconciliation is to be achieved, and no single policy or intervention is likely to suffice. A long-term process that requires management of expectations, reconciliation, they argue, should be viewed conservatively as a goal to peacefully reduce, rather than eliminate, conflict” (Barsalou, 2014, p.55-56).

Seguimos nesse estudo com a definição de reconciliação como um processo que pode ser observado e medido em várias dimensões. Quanto aos limites da reconciliação, Barahona de Brito (2009) destaca que a “reconciliação” e o “perdão” não podem constituir objetivos políticos, uma vez que são valores utilizados de modo abstrato e que por vezes apontam para uma unidade ilusória ou indesejável. Por exemplo, a busca pela unidade de modo não democrático. Em contrapartida a *“necessidade de democracia, um sistema de regras, leis, procedimentos e valores que apelam à coexistência pacífica entre todos os tipos de grupos, é um limiar mais baixo e uma possibilidade mais praticável”* (Barahona de Brito, 2009, p.79). Destacando, assim, a necessidade de falar sobre governança democrática e quais meios utilizar para a alcançar, no que concerne à preocupação com a reconciliação relacionada com a justiça transicional.

A reconciliação que se espera com os museus não é conquistada de uma vez e para sempre, há uma certa fragilidade que a coloca em perigo de acordo com quem está no poder, assinalando o seu processo como altamente politizado. A Polónia ilustra isso quando o Lei e Justiça assume o poder em 2015 e acontece a violação da Constituição e casos de interferência política em instituições culturais. O diretor do Museu da História dos Judeus Polacos foi suspenso da sua posição e o diálogo e a reconciliação conquistada durante duas décadas – através da construção do museu – ficou em perigo após o Lei e Justiça adotar uma lei que restringia o debate público sobre o Holocausto (Applebaum, 2020, p.16).

Interessa ressaltar que a mera existência dos locais de memória não proporciona a reconciliação, a prevenção da violência ou o respeito pelos direitos humanos (Hamber et al., 2010, p. 400). A vinculação das iniciativas de memorialização a outros mecanismos mais amplos é que contribuem para a sua eficácia a longo prazo. Apesar da avaliação do impacto causado pelas iniciativas de memorialização não ser expressiva, enquanto mecanismo ligado a justiça transicional (Hamber et al., 2010), porque é um campo ainda em desenvolvimento, o impacto tem sido avaliado por meio de estudos de diferentes processos educativos que usam a memorialização ou a memória da atrocidade com os jovens que não tiveram uma experiência direta com eventos de violência política, a referir o estudo no Memorial das Vítimas do Comunismo e da Resistência na Romênia, *Museums and transitional justice: Assessing the*

impact of memorial museum on young people in post-communist Romania (2021); e no Museu da Memória e dos Direitos Humanos no Chile, *Do museums promote reconciliation?* (2018).

A construção de museus como sendo parte de um esforço de reconciliação, sugere que museus e memoriais podem mudar opiniões, aumentar a conscientização sobre certos problemas e aumentar a empatia com as vítimas (Balcells et al., 2021, p.498), visando a consolidação da democracia e procurando formar cidadãos políticos, ao tentar moldar o seu comportamento e atitudes, falando assim, das atitudes políticas dos indivíduos que podem ser avaliadas para medir o impacto dos museus para a reconciliação das sociedades.

Por outro lado, também acreditam que em relação à musealização e a memorialização, ambas podem criar divisões sociais e fortalecer a animosidade entre vítimas e perpetradores (Balcells et al., 2018; Rieff, 2011). Ou seja, temem que o efeito causado pelos museus na sociedade seja o oposto do esperado e produzam um efeito polarizador. Apesar da preocupação inicial em conciliar memórias fraturantes com uma sucedida transição democrática, a visita ao museu promete justamente reconciliar as narrativas dessas memórias fraturantes ao modificar o modo como eles entendem o passado – um passado violento de sua nação e\ou a maneira como veem a política contemporânea.

Segundo Amy Sodaro em *Memorial Museums: The Emergence of a New Form* (2020) o interesse por entender o passado é recente – surge na segunda metade do século XX – e a proliferação de museus memoriais acompanha tal interesse. Há uma nova forma das sociedades se relacionarem com o passado, se no final do século XIX era enquanto um lembrete do triunfo e sucesso do Estado-nação, ao longo do século XX o paradigma da memorialização evolui para o impulso por lembrar e ensinar as lições dos horrores dos conflitos, violência e genocídio do passado (Sodaro, 2020). Enquanto uma das manifestações do “*memory boom*” o interesse pela memória ganha sua manifestação na academia e na sociedade civil e também permeia a cultura popular na forma de museus e memoriais. Com esse novo tipo de envolvimento com o passado os museus e outros mecanismos do processo transicional visam atingir um progresso através do conhecimento e da educação.

Nesse sentido, recorreremos aos museus enquanto instrumentos de mudança sociocultural e auxiliares nos processos de transição política em sociedades em transformação democrática como meio de aprender, e relembra, sobre o passado como imperativo para a construção da democracia. Assim como o regime democrático é conquistado, mas é frágil e, portanto, não é uma garantia para todo o sempre – exige o esforço da manutenção do estado de direito, da liberdade, etc. – a existência de monumentos e museus não acabou com as chances de existir violência política apesar da sua existência prometer o contrário.

CAPÍTULO 2

2.1 A CASA DA HISTÓRIA EUROPEIA

A Casa da História Europeia (*Maison de l'histoire européenne*) é um museu localizado em Bruxelas, na Bélgica, no edifício Eastman, construído em 1935 e antes utilizado como uma clínica odontológica para crianças carentes. A partir de 1955 funcionou como uma casa de repouso, no *Parc Léopold*, perto das instituições europeias. A construção do edifício Eastman foi financiada por uma doação do empresário norte-americano George Eastman. O Parlamento Europeu alugou o edifício Eastman em 1985 para uso dos seus serviços administrativos, sendo que em 2009 decidiu abrigar a Casa da História Europeia no edifício. Almejando a transformação do edifício para um edifício expositivo, realizou-se um concurso de arquitetura, o grupo vencedor tinha o plano de renovar as fachadas, buscando manter a estética histórica do edifício, adicionar uma extensão moderna no pátio do edifício original e na sua cobertura³.

Inaugurado em 2017 como uma iniciativa do Parlamento Europeu, o museu funciona como uma unidade do Parlamento na Direção-Geral da Comunicação. A historiadora da arte alemã Constanze Itzel é a diretora do museu desde a sua inauguração em 2017. Desde a sua inauguração em 2017, o museu recebeu 462.848 visitantes, que são os dados obtidos de 31 de dezembro de 2019 (Dupont, 2020, p.2). O projeto para a criação da Casa da História Europeia foi lançado na altura pelo presidente do Parlamento Europeu, Hans-Gert Pöttering, no seu discurso inaugural de 2007:

“Je souhaite que l'on crée un lieu de mémoire et d'avenir où l'idée européenne puisse prospérer. Je propose la création d'une "Maison de l'histoire européenne". Il devrait s'agir [...] d'un lieu entretenant la mémoire de l'histoire européenne et de l'unification européenne tout en permettant aux citoyens actuels et à venir de l'Union européenne de continuer à modeler l'identité européenne”⁴.

³ Informação sobre o edifício Eastman retirada de *Questions and answers about the House of European History*, no site oficial da Casa da História Europeia. Consultado pela última vez a 20 de Junho de 2023, disponível em: https://historia-europa.ep.eu/sites/default/files/assets/qa_en_2017.pdf.

⁴ Hans Gert Pöttering, no discurso de posse citado em “Lignes directrices pour une Maison de l'History”, 2008, p.5. Consultado pela última vez a 20 de Junho de 2023, disponível em: https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2004_2009/documents/dv/745/745721/745721_fr.pdf.

O discurso sinaliza o papel atribuído ao passado e a memória nos denominados “Museus da Europa” como uma questão central. A construção no final dos anos de 1980 na Europa Ocidental de novos museus dedicados à história e a cultura da Europa, utilizados para fins identitários, para o estabelecimento de uma memória europeia (Mazé, 2012, p.72), possibilita-nos mencionar a sua utilização como uma ferramenta socialmente útil. Assim como outras iniciativas museológicas que buscam contar a história europeia, como o Museu da Cultura Europeia (Berlim, Alemanha), o Museu Histórico Alemão (Berlim, Alemanha) e o MuCEM (Marselha, França), a Casa da História Europeia possui a tarefa de apresentar a história da Europa e destacar a emergência da Comunidade Europeia.

A equipa do museu é composta por mais de quarenta pessoas de diferentes nacionalidades que desenvolvem, entre outras tarefas, a manutenção e atualização da exposição permanente, a criação de exposições temporárias e itinerantes⁵, a oferta educativa do museu, a programação de diversos eventos e o desenvolvimento de conteúdos digitais. O primeiro conceito para o projeto da Casa da História Europeia previa como um moderno centro de exposições, documentação e informação que refletisse o que há de mais moderno no pensamento museológico. A partir de 2011 uma equipa transnacional europeia de historiadores e museólogos, acompanhados por um comité científico e um conselho de direção, foi recrutada para o desenvolvimento do projeto (Dupont, 2020, p.2).

O conteúdo da exposição permanente baseia-se no relatório “*Conceptual Basis for a House of European History*”⁶ de 2008. Os principais processos e fenômenos que dividiram e uniram a Europa no decorrer do tempo estão distribuídos ao longo de cinco pisos de exposição permanente. A linguagem dos conteúdos expostos no museu busca ir ao encontro de todos os idiomas oficiais da União Europeia, através do auxílio de um equipamento digital, um *tablet*, que acompanha o visitante durante toda a visita e possibilita escolher um dos vinte e quatro idiomas oficiais da União Europeia para ter acesso às informações da exposição. O museu não apresenta o texto e a legenda na parede ou próximo do objeto como em outros museus, o uso do *tablet* é indispensável para usufruir da visita completa e ter acesso às informações sobre a exposição. O *tablet* fornece informações sobre os pisos, uma visão gráfica geral da exposição, áudios e vídeos sobre os objetos e os temas respetivos.

⁵ Em Anexo 1 o levantamento das exposições especiais e temporárias desde 2017.

⁶ Parlamento Europeu (2008). *Conceptual Basis for a House of European History*. Consultado pela última vez a 13 de Julho de 2023, disponível em: https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2004_2009/documents/dv/745/745721/745721_en.pdf.

A exposição permanente possui como objetivo *“explorar a forma como a História moldou um sentimento de memória europeia e continua a influenciar as nossas vidas”* (Casa da História Europeia, 2018, p.5). Compromete-se a oferecer aos visitantes uma visão da história europeia do século XIX ao século XXI, sem se reter especificamente na história de todas as nações europeias. Ao longo da exposição permanente recua-se na história, remontando à antiguidade e à Idade Média, de forma a explicar características fundamentais da cultura e civilização europeias. O ponto de partida histórico da exposição permanente recebe o nome *“Definição da Europa”* e ocupa-se em apresentar o mito da Europa, a mudança dos conceitos geográficos ao longo da história e uma reflexão sobre o que pode ser o património europeu.

A mudança dos conceitos geográficos e as alterações de visão sobre a Europa permite ao visitante perceber diferentes pontos de vista culturais e históricos que influenciaram a sua definição ao longo do tempo, mas também deixa evidente, segundo Constanze Itzel (2019), a diretora do museu, um ponto importante: *“It then becomes apparent that the perception of Europe is always a product of its time, as are the exhibitions in the House of European History”* (Itzel, 2019, p.11). A tentativa de colocar questionamentos aos visitantes sobre questões centrais da construção da Europa aparece com maior relevância para a equipa curatorial do que apresentar somente um lado da história.

Podemos observar nesse primeiro piso o esforço da equipa curatorial de apresentar um tema tão complexo como a definição da Europa e como optaram por o conduzir. Introduzem um questionamento aos visitantes com questões aparentemente simples, como: O que é a Europa? Qual é o seu espaço geográfico? O que distingue a Europa dos outros continentes? O que significa falar num passado europeu comum? A Europa começa a ser delimitada e a sua caracterização segue-se como uma potência mundial e o que trouxe o século XIX para contribuir com esse cenário.

A exposição permanente segue para o segundo piso com um relato cronológico da Revolução Francesa, terminando com o Brexit, o conteúdo expositivo abarca a história do século XIX como um período revolucionário que trouxe grandes transformações, no auge do seu poder no final do século, explode na Europa conflitos no início do século XX, as duas guerras mundiais, e apresentam as tensões entre democracia e totalitarismo no período entre guerras. O terceiro piso apresenta os pilares da

construção europeia integrados num contexto de Guerra Fria e mudanças sociais (1945-1973). Seguindo para o outro piso de conteúdos expositivos sobre a crise económica, movimentos sociais e fim do comunismo (1973-1989), uma reflexão sobre a história mais recente da Europa desde 1989 até aos dias atuais, em que destacam a União Europeia com um papel mais importante. O último piso da exposição permanente configura-se como um espaço aberto para a reflexão de questões sobre a contemporaneidade e sobre a Europa⁷.

Assumindo o continente europeu comprometido com a superação das suas divisões, os museus centrados na memória desempenham um papel num quadro de objetivos museológicos próximos da reconciliação. Christine Dupont (2020), curadora da Casa da História Europeia que desempenha funções no museu desde a elaboração da exposição permanente, ressalta o projeto de construção do mesmo, o papel que desempenha, semelhante aos museus alemães e o auxílio prestado no quadro de reunificação do país. Aproximando-se, particularmente, com a Casa da História da República Federal da Alemanha (Bona, Alemanha), ambos projetos envolveram em grande parte as mesmas pessoas e as mesmas redes (Dupont, 2020, p.3). Uma Alemanha reunificada surgiu pacificamente em 1990 com supervisão internacional, entretanto o mesmo não pode ser dito de outros países como a ex-Jugoslávia.

No site oficial da Casa da História Europeia a missão do museu aparece como: *“Our primary mission is to enhance understanding of European history in all its complexity, to encourage the exchange of ideas and to question assumptions”*⁸. Conforme a missão do museu, a reflexão e o debate são realçados, os visitantes são convidados a questionar pressupostos, o que aponta para o papel social do museu. Em 2019 a Casa da História Europeia recebeu uma recomendação especial no *European Museum of the Year Award (EMYA)* que reconhece o papel importante do museu na sociedade atual: *“Is the first museum to present a pan-European story based on academic research and an impressive collection of objects. It is a new centre for a critical analysis of European history and a forum for exploring current political and social issues”*⁹. O EMYA é um prémio concedido pelo *European Museum Forum (EMF)*

⁷ Informações sobre o conteúdo expositivo da exposição permanente, da Casa da História Europeia, retirada do site oficial do museu, consultado pela última vez a 13 de Julho de 2023, em: <https://historia-europa.ep.eu/en/permanent-exhibition> e do artigo de Christine Dupont (2020).

⁸ Informação retirada do site oficial da Casa da História Europeia, consultado pela última vez a 18 de Setembro de 2023, disponível em: <https://historia-europa.ep.eu/en/mission-vision>.

⁹ O júri do EMYA sobre a Casa da História Europeia. Consultado pela última vez a 19 de Maio de 2023, disponível em: <https://www.meyvaertmuseum.com/en/news/events/european-museum-of-the-year-awards-2019>.

desde 1977 que possui como missão promover a inovação e encorajar o intercâmbio de boas práticas e experiências entre museus em toda a Europa.

Apesar do caráter relacional do museu com o Parlamento Europeu, a Casa da História Europeia ressalta a sua independência acadêmica. Constanze Itzel (2019) reconhece a construção da Casa da História Europeia como incomum e pontua o financiamento do projeto pelo Parlamento Europeu como não limitador do trabalho que deve ser feito no museu: *“This museum does not describes a political vision of history defined by a European institution, but a musealised historical narrative developed by a team of historians and museum professionals from across Europe”* (Itzel, 2019, p.8).

O serviço educativo do museu oferece diversas iniciativas para escolas, famílias e adultos. Os recursos educacionais são adaptados às diferentes faixas etárias e habilidades de aprendizagem. O site oficial disponibiliza materiais didáticos e existe a possibilidade de pedir sessões de esclarecimento sobre o serviço educativo. Além disso, o museu organiza visitas temáticas, conferências e debates. Ao longo do ano de 2023 destacamos as “visitas à hora do almoço” que ocorrem em inglês, apresentam temas diferentes em cada sessão sobre assuntos relacionados com a exposição permanente e\ou relacionados com questões sociais atuais que envolvem a Europa, todas as terças-feiras das 12h15 às 13h¹⁰.

2.2 O PATRIMÓNIO E A MEMÓRIA NA CASA DA HISTÓRIA EUROPEIA

Após uma reorientação representacional de meramente documentar o passado para formas de memória que podem se mover em direção ao futuro, que ocorre desde a década de 1990, possibilitou-se a criação de uma memória europeia transnacional que também incorpora perspectivas regionais e nacionais (Jaeger, 2017). A Casa da História Europeia é um museu dedicado aos fenómenos transnacionais que moldaram a história do continente europeu que foi criado sem um acervo pré-existente, tendo a recolha dos objetos começado antes da sua abertura (Christodoulou et al., 2022,

¹⁰ Calendarização das visitas à hora do almoço. Consultado pela última vez a 19 de Maio de 2023, disponível em: <https://historia-europa.ep.eu/pt/agenda/calendario-de-visitas-hora-do-almoco-2022>.

p.64). A coleção do museu busca que uma parte importante da memória cultural europeia seja reunida, pesquisada, compreendida e preservada para as gerações futuras.

A abordagem histórica do museu se debruça sobre fenômenos que tiveram origem na Europa, espalharam-se por toda a Europa ou grande parte do continente e continuam a ser relevantes para a sociedade contemporânea. Objetos específicos interessam a coleção do museu: *“we look for objects that show a European dimension and document events of European significance. The term ‘European’ is understood in its broadest possible geographical and cultural meaning.”* (Christodoulou et al., 2022, p.64). Para Patricia Davison (2005), por meio das atividades de refazer e recriar o passado, no contexto das interações entre as pessoas e seus ambientes, os sítios patrimoniais e os museus ocupam um papel. No que concerne às coleções museológicas, os objetos são bons exemplos de como a relação com a memória torna-se tangível (Davison, 2005, p. 212).

De facto, falar de objetos que mostram uma dimensão europeia e que nos remetem aos acontecimentos marcadamente europeus, significa falar sobre o património europeu e como ocorreu seu desenvolvimento. A Casa da História Europeia explora o que é esse património europeu na sua exposição permanente e na primeira exposição temporária. Na exposição permanente o património europeu é apresentado numa vitrine com referência a 14 conceitos que representam um objeto com um valor simbólico. Sendo os conceitos: filosofia, democracia, direito romano, cristianismo, humanismo, expansão colonial, comércio de escravos, iluminismo, revoluções, terror estatal, Estado-Nação, marxismo, capitalismo e genocídio.

Algumas formas de presença do património europeu são mais ou menos passíveis de incorporação dentro de uma identidade nacional mais “inclusiva”? Questões como guerras, genocídio, colonialismo, comunismo e migração são consideradas como centrais ou divisoras da noção de identidade europeia no momento atual. Falar sobre esse património europeu abre espaço para um exame do que assumimos como património e para formas alternativas de presença do passado. Essa concepção particular de relacionar o património é difundida na Europa, e segundo Sharon Macdonald (2013) está sendo utilizada como um elemento da memória europeia e um modo possível do passado ser performado e reconfigurado na Europa. A concepção do património transnacional europeu envolve elementos de diferentes culturas e como a sua fusão se torna uma nova forma, embora possa manter elementos identificáveis de culturas específicas (McDonald, 2013, p.163). Possibilitando, assim, os museus construir um acervo em torno de “objetos europeus”.

Podemos falar que reunir esses objetos e apresentá-los numa exposição permite ou pretende proporcionar uma reconciliação das memórias europeias? Não podemos falar em reconciliação de memórias sem falar de lembrança e esquecimento, no potencial dos museus em acomodar memórias europeias potencialmente divisivas. A Casa da História Europeia com a sua primeira exposição temporária, denominada *Interactions*, buscou explorar as interações que ocorreram na Europa ao longo do tempo, num espaço caracterizado como heterogêneo culturalmente e linguisticamente, e o património cultural que é o resultado de séculos de trocas e transferências transfronteiriças (House of European History, 2017). A exposição consegue explorar as memórias das trocas comerciais, sociais e econômicas ao longo do tempo e nos diferentes países, assim, promovendo um aprendizado do contacto cultural que deixou inúmeros traços no património europeu.

Nesse sentido, falamos em reconciliar memórias através dos objetos expostos, a seleção desses mesmos objetos, que são agrupados seguindo um tema e uma proposta de conteúdo expositivo, fornecem uma perspectiva diferente de compreensão do espaço europeu e, conseqüentemente, uma (re)interpretação da memória europeia. Apesar disso, segundo Veronika Settele (2015) o conceito subjacente à abordagem da Casa da História Europeia parece revelar dificuldades para incluir as “vozes marginais” (Settele, 2015, p.405). Falando, portanto, de grandes dificuldades para incluir a exclusão na memória oficial, como questões do colonialismo, da migração e a forma como são tratadas. Veronika Settele (2015) também conclui no seu estudo que apesar das possibilidades que a União Europeia oferece para abordar a história do continente e retratá-la num museu próprio, isso caracteriza uma tarefa difícil, porque o projeto é financiado por autoridades políticas e, também, porque na história da Europa as questões do colonialismo e migração fazem parte de uma discussão recente e que começa agora a criar raízes (Settele, 2015, p.414).

O vínculo da Casa da História Europeia com o Parlamento Europeu coloca em causa evidentemente o quanto de liberdade académica o museu possui, o seu carácter peculiar de administração o coloca numa identificação com as instituições europeias, o acesso gratuito também pode levantar questionamentos e imbuir os visitantes da expectativa que o museu seja um espaço de “propaganda”, como ressalta Christine Dupont (2020). Entretanto, o discurso expositivo do museu na exposição permanente e nas exposições temporárias, abre espaço para o pensamento crítico, levanta questões sobre memórias contenciosas e propõe debate sobre questões atuais.

Desde as eleições de 2016 nos Estados Unidos, as notícias falsas, ou o termo mais amplamente difundido como *fake news*, tem estado constantemente nos noticiários e colocado em debate à nível social. A crise pandêmica trouxe novamente o termo para o centro da atenção social, e em 2020 a Casa da História Europeia propôs a exposição temporária *The Fake For Real* que apresenta as falsificações ao longo da história, com o objetivo de mostrar que as falsificações possuem uma longa tradição na história e não pertencem apenas ao nosso momento atual (House of European History, 2020). No *YouTube*, o canal oficial da Casa da História Europeia disponibilizou visitas virtuais à exposição e vídeos explicativos que complementam o conteúdo expositivo¹¹. A exposição incentiva os visitantes a refletirem sobre questões atuais, como as falsidades são contadas e as falsificações criadas e com que finalidade. Possibilitando aos visitantes uma experiência que promoveria a literacia mediática, os motivos, estratégias e ferramentas que utilizam no espaço político e social e, assim: “*strengthening critical thinking through historical examples and providing the visitors with hints on how to tackle disinformation in this time and age are the key goals of the exhibition*”¹². As exposições temporárias são bons exemplos do que a Casa da História Europeia oferece em termos de acesso ao conhecimento e do espaço que constrói para o pensamento crítico.

A exposição temporária *Fake for Real* surge na sequência da exposição *Restless Youth* que compara a experiência dos jovens em toda a Europa, caracterizando quatro diferentes gerações desde a Segunda Guerra Mundial até os anos 2000, a exposição questiona o papel dos jovens face aos desenvolvimentos históricos ocorridos (House of European History, 2019). As memórias individuais e coletivas são exploradas ao longo da exposição privilegiando o contexto de uma história europeia transnacional. Podemos ressaltar uma tentativa de reconciliar memórias do que envolve ter crescido como jovem na Europa e a seleção dos objetos capazes de evocar a cultura jovem europeia, em toda a sua diversidade, destinados a apoiar a narrativa histórica expositiva.

O processo de curadoria de temas da história contemporânea coloca o museu numa posição de lidar com questões de expectativa e memória. “*In fact, the level of expectation when visiting a historical*

¹¹ Playlist completa sobre a exposição *The fake For Real*, no canal oficial da Casa da História Europeia, no YouTube. Consultado pela última vez a 20 de Maio de 2023, disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLfFmlaaSoqz6F5Bg909_Z99x95oTmxzp0.

¹² Retirado do site oficial da Casa da História Europeia. Consultado pela última vez a 25 de Maio de 2023, disponível em: <https://historia-europa.ep.eu/en/outreach/fake-real-touring-exhibition>.

exhibition is certainly higher when it comes to recent history or key episodes of historical memory – such as, for instance, the youth protests of May 1968” (Budasz, 2019, p.175). O esforço do processo de curadoria envolve, entre outras coisas, desenvolver uma exposição com uma narrativa que seja a reunião de memórias, mas de um modo mais complexo do que a mera justaposição. No caso da exposição *Restless Youth*, conciliar as diferentes experiências, memórias e as explorar juntamente com as noções de “youth” e “restlessness”, permite a construção de um discurso expositivo que conta uma história e que ajuda a aquisição de conhecimento no processo de aprendizagem.

Portanto, falamos em reconciliar memórias europeias com relação as múltiplas formas de identificação com a Europa e com os acontecimentos desencadeados ao longo dos anos que são caracterizados pelo pluralismo estrutural e cultural, que permite a construção de legados de longo prazo, com as memórias coletivas. Podemos esperar com as iniciativas de musealização e patrimonialização, como a Casa da História Europeia, a reconciliação de memórias europeias que tem como base a identificação com o projeto de integração da comunidade europeia, com base em misturas variadas de identidades nacionais e europeias agregadas em relação ao quadro de integração europeia. Os museus possibilitam explorar essa inserção no projeto de integração da comunidade europeia através do papel concedido às memórias coletivas, transnacionais e internacionais. Abordar a integração europeia destaca, sobretudo, a democracia. A exposição permanente da Casa da História da Europeia destaca o papel da democracia ao longo dos seus eixos temáticos e, principalmente, porque sem um regime democrático não conseguiríamos sequer pensar na integração europeia.

CAPÍTULO 3

3.1 O MUSEU DO ALJUBE – RESISTÊNCIA E LIBERDADE

O Museu do Aljube – Resistência e Liberdade em Lisboa, Portugal, foi inaugurado em 25 de Abril de 2015, na data que se comemora a Revolução dos Cravos de 1974, e construído no antigo edifício da cadeia do Aljube, com ocupação contínua desde o tempo da Lisboa islâmica, o edifício recebeu milhares de presos políticos ao longo de grande parte do século XX. As condições de detenção praticadas no Aljube, enquanto cadeia política, desencadearam protestos nacionais e internacionais que desativaram o seu funcionamento em 1965 (Caldeira et al. 2015, p.12). Sem um acervo pré-existente, o início do projeto de construção do Museu do Aljube ocorreu a 25 de Abril de 2009, com a

assinatura do protocolo entre o então Ministro da Justiça, Dr. Alberto Costa e o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Costa.

O edifício do Aljube foi cedido à Câmara Municipal de Lisboa e a autarquia se comprometeu a construir um museu municipal dedicado à memória do combate à ditadura e à resistência em prol da liberdade e da democracia (Caldeira et al., 2015, p.5). Os arquitetos Manuel Graça Dias e Egas José Vieira, são os responsáveis pelo projeto de recuperação e adaptação do edifício¹³. Atualmente o Museu do Aljube dispõe de coleções de jornais clandestinos, fotografias, filmes, documentos sobre o período da ditadura militar e um levantamento do testemunho de ex-presos políticos.

Em 2011 realizaram no edifício a exposição *A Voz das Vítimas*, museografia desenvolvida pelo Henrique Cayette, em cooperação com a Fundação Mário Soares, o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa e o Movimento Cívico *Não Apaguem a memória!* (NAM). A administração do Museu do Aljube é feita pela Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural (EGEAC), E.M., que é responsável pela preservação, promoção e gestão de alguns equipamentos culturais, bem como pela realização de eventos culturais na cidade de Lisboa¹⁴. Desde 2020 a direção do Museu é feita pela Rita Rato Fonseca.

A exposição permanente está dividida ao longo de três pisos, caracterizando o regime ditatorial português (1926-1974), os seus meios de repressão e opressão – a censura, as polícias políticas e os tribunais – a resistência das oposições, as semilegais e clandestinas, a luta anticolonial e o 25 de Abril de 1974. A Ditadura Militar e o Estado Novo implantaram um “sistema de justiça política” pelo recurso a leis processuais e tribunais de exceção, bem como as polícias políticas que agiam em condições excepcionais, em todo território nacional (Caldeira, 2015, p.4). A Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), antes designada como Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), criada em 1933 desempenhava poderes quase ilimitados sobre a vida de alguns presos e passou “*a administrar diretamente a cadeia do Aljube, em Lisboa, o Forte de Caxias, a Fortaleza de Peniche, a Fortaleza de*

¹³ Informação retirada do site da EGEAC.

¹⁴ Informação retirada do site da EGEAC. Consultado pela última vez a 15 de Junho de 2023, disponível em: <https://egeac.pt/sobre/>.

São João Baptista, em Angra do Heroísmo, e, depois de 1936, o campo de concentração do Tarrafal, na ilha de Santiago (Cabo-Verde)” (Coutinho et al., 2018, p.213).

A exposição permanente começa pelo piso 1 com a ascensão e queda dos fascismos e uma breve história de Portugal entre 1980 e 1976, apresenta o que foi a censura sobre os meios de comunicação social durante o período do Estado Novo e a clandestinidade como modo de resistência. O encerramento da imprensa e das sedes da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e do Partido Comunista Português (PCP) como sendo consideradas organizações ilegais pela participação revolucionária que evocava, e a proibição e o encerramento também de todas as organizações confederais ou federais no plano sindical. As atividades de resistência ao regime passaram a funcionar na sua maioria, a partir de 1927, na clandestinidade (Caldeira et al., 2015, p.30).

No piso 2, a organização da resistência antifascista, o funcionamento do circuito prisional, os processos de identificação, a natureza dos interrogatórios, os meios de tortura e as salas de isolamento nos “curros”. A ditadura militar conheceu um nível muito elevado de violência política com muitos mortos em revoluções republicanas, em golpes de Estado e com a PVDE que marca uma polícia política do Estado assumidamente ao serviço do regime e das instituições. A tortura física e psicológica era um método central das polícias políticas do Estado e também nas esquadras da Polícia de Segurança Pública (PSP) e nos postos da Guarda Nacional Republicana.

No piso 3, a exposição explora os aspetos do colonialismo, das lutas de libertação dos povos coloniais, da guerra colonial e a liberdade com o fim da ditadura a 25 de Abril de 1974. As lutas de libertação das colónias sob a administração portuguesa têm na sua origem organizações que desencadearam em movimentos sociais de carácter nacionalista que, na sua maioria, foram ilegalizados durante a época colonial e também herdeiros dos participantes em jornadas de luta violentamente reprimidas como Batepá, São Tomé e Príncipe em 1953 e o massacre de Pidjiguiti, Guiné-Bissau em 1959, entre outros. O golpe militar a 25 de abril de 1974 conferiu a transição do regime uma legitimidade revolucionária.

Além dos três pisos de exposição de longa duração, o piso -1 e o piso 0 apresentam a história patrimonial do Aljube com alguns vestígios arqueológicos. No piso 0 também está a receção e loja do museu, um espaço para as exposições temporárias e o piso 4 o auditório e a cafetaria. O centro de

documentação do Museu do Aljube, no piso 3, disponibiliza literatura especializada, desenvolve atividades de investigação, trata e partilha um arquivo documental e promove uma ampla recolha testemunhal dos resistentes à ditadura. No site oficial do Museu é possível a pesquisa da oferta documental através do catálogo *online*. Luís Farinha (2022) ressalta que desde a sua constituição, o Museu do Aljube entende a necessidade de um centro de documentação e de um arquivo. Atualmente, o arquivo digital é uma realidade e conta com vários fundos acessíveis.

As exposições temporárias complementam as temáticas relacionadas ao acervo existente e permitem explorar temas atuais relacionados com a resistência e a liberdade¹⁵. O programa “*EducAljube*” compreende visitas orientadas mensais à exposição de longa duração de modo individual ou em grupo, formações de professores e educadores e materiais educativos. No site oficial é disponibilizada a exposição: *Os estudantes estão na rua, não fiques na tua!* que faz uma retrospectiva da mobilização estudantil desde os tempos da ditadura militar. Como parte do programa educativo, o Museu prepara sessões com resistentes e antigos presos políticos que compartilham as suas memórias com estudantes do 3º ciclo e do ensino secundário.

No site oficial, a missão do Museu do Aljube aparece como interessada em “*valorizar as memórias comuns de resistência e evidenciar os principais traços do regime ditatorial que submeteu o nosso país durante quase meio século*”¹⁶. As memórias da resistência ditatorial são destacadas na sua missão e os estudos realizados o insere como um museu memorial sobre heranças difíceis (Martins, 2015). Entre lembrança e esquecimento, memórias não consensuais e uma musealização com fortes implicações políticas (Farinha, 2021b, p.122), assume a luta contra o silenciamento desculpabilizante, e muitas vezes cúmplice, do regime ditatorial que dirigiu o país entre 1926 e 1974.

A abordagem dos temas pelo discurso expositivo e a sua interpretação convida os visitantes à intervenção social e proporciona um pensar crítico sobre o período de repressão, mas que repercute em temas atuais. Porque as memórias apresentadas implicam a interpretação da realidade histórica que, segundo Luís Farinha (2021b), os desafios do Museu do Aljube envolvem:

¹⁵ Em Anexo 2 o levantamento das exposições especiais e temporárias desde 2015.

¹⁶ Informação retirada do site oficial do Museu do Aljube. Consultado pela última vez a 20 de Julho de 2023, disponível em: <https://www.museudoaljube.pt/sobre-o-museu/>.

“a forma como lidamos com a memória silenciosa dos indiferentes, com o silêncio cúmplice dos implicados e dos torturadores e a sua herança oculta (mas ainda existente), as quais constituem fontes inesperadas de inspiração para o renascimento comum de novos movimentos de direita nacionalista, violenta, xenófoba e racista, ao mesmo tempo que nos confrontamos com a insuficiência das políticas nacionais e europeias de memória para lhes dar combate” (Farinha, 2021b, p. 124-125).

Trata-se de memórias transicionais do período da ditadura para a democracia, que no caso português, a rutura com o passado, o fim do Estado Novo e as medidas de justiça transicional implementadas seguiram uma ausência de debate público (Raimundo, 2015, p. 29). Sucede -se que após períodos de repressão e de violência política a forma de lidar com esse passado de modo a oferecer alguma justiça às vítimas e garantir a responsabilidade dos perpetradores passa pelo papel da memória nos processos transicionais. Recentemente, o Museu do Aljube foi objeto de estudo de Márcia dos Santos Coutinho (2022) sobre os efeitos da participação de estudantes universitários num museu de justiça transicional (Coutinho, 2022) que replica o trabalho de Balcells et al. (2021).

No panorama do tecido museológico português o Museu do Aljube detém uma grande importância como o primeiro museu sobre a história da resistência à ditadura militar e dedicado às memórias individuais e coletivas de ex-presos políticos do regime. Em 2017 determinou-se a criação de um museu nacional na Fortaleza de Peniche em Lisboa, o Museu Nacional Resistência e Liberdade na Fortaleza de Peniche, que ainda em fase de instalação, também segue a missão de preservar e comunicar a memória da Resistência ao regime fascista português. Além disso, importa mencionar o Memorial aos Presos e Perseguidos Políticos, no ex-tribunal Político da Boa Hora em Lisboa, aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa em 2021 e a nova proposta de musealização no edifício do Heroísmo no Porto, da ex-delegação da PVDE/PIDE/DGS, que foi objeto de estudo de Joana Brito (2022).

3.2 TRANSIÇÃO POLÍTICA E MEMÓRIA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO MUSEU DO ALJUBE

O processo de justiça transicional portuguesa do fim da ditadura do Estado Novo à democratização possui como principais características: a utilização de quase todo o tipo de medidas de justiça transicional e o papel central desempenhado pelos militares. Falando da transição como concluída quando a legitimidade revolucionária concede lugar à legitimidade democrática. De acordo com Filipa Raimundo (2015) a transição foi marcada por três grandes fases onde existiu o papel central dos militares ao longo de toda transição. A primeira fase entre 25 de abril e 28 de setembro de 1974; a segunda entre 28 de setembro e 11 de março de 1975; e a terceira entre 11 de março e 25 de novembro de 1975 (Raimundo, 2015, p.5). As primeiras eleições democráticas aconteceram em abril de 1975 e a presença dos militares foi contínua até a conclusão da transição em outubro de 1982 (Raimundo, 2015, p.6).

Como medidas de justiça transicional foram aplicadas o exílio forçado, as depurações, os julgamentos, a comissão de investigação, a compensação das vítimas e anistias. Fora esses mecanismos punitivos, medidas de perdão e mais tarde de reconciliação foram implementadas. Barahona de Brito (2009) destaca que os legados históricos, além do contexto transicional, influenciam as políticas de responsabilização transicional:

“Em Portugal, o duplo legado do autoritarismo de direita sob o Estado Novo de Salazar e o autoritarismo de esquerda durante os dois primeiros anos revolucionários da transição também influenciaram as políticas transicionais, especificamente a política de saneamentos administrativos” (Barahona de Brito, 2009, p.69).

Sociedades em vias de democratização podem aprofundar a democracia em termos políticos e sociais e a justiça transicional como um processo se adapta às necessidades do momento. Nesse sentido, algumas formas de produção da memória constituída historicamente podem ser afirmativas de valores democráticos, enquanto outras se prestam ao cultivo e renovação da violência. Portanto, o trabalho da memória é atualizar os eventos históricos do passado. No caso da transição portuguesa, quando começa o interesse e a preocupação com o património da ditadura? Quando desponta na sociedade portuguesa o interesse de lembrar o passado com o objetivo de não se repetirem os mesmos erros? Sucede-se desde o pós-justiça transicional em Portugal um inexpressivo debate sobre o passado

(Raimundo, 2015) e uma quase ausência de iniciativas expositivas, museológicas e monumentais (Nunes, 2013).

Em 2005 a sede da PIDE em Lisboa, na Rua António Maria Cardoso, passa pela venda e conversão num condomínio e, como resultado, essa conversão gerou um protesto e a criação em 5 de Outubro de 2005 do Movimento Cívico *Não Apaguem a Memória!* (NAM). Do NAM resulta o abaixo-assinado por ex-presos políticos após uma concentração no edifício do Aljube com a presença de ex-presos políticos, familiares e amigos, a 1 de Julho de 2006, organizada por Artur Pinto, um ex-presos político do Aljube. Nesse abaixo-assinado, juntamente com uma petição do NAM, sugere-se o aproveitamento museológico ou monumental do Aljube entre outros espaços do período do Estado Novo. Luís Farinha (2017) apresenta a criação do Museu do Aljube *“como resultado do acordar de uma aparente amnésia sobre o regime autoritário que impôs a censura ao pensamento e à criatividade de milhões de portugueses”* (Farinha, 2017, p.23).

Com o 25 de Abril de 1974 a cadeia do Aljube passou para edifício de uso comum do Ministério da Justiça o que provocou a perda de grande parte da sua característica prisional e repressiva (Farinha, 2017, p.25). Quando utilizado pelo Ministério da Justiça entre Outubro de 2004 e Maio de 2005 ocorreu no edifício do Aljube uma intervenção arqueológica com o objetivo de melhorar o edifício para uso do Instituto de Reinserção Social (IRS) (Martins, 2015, p.50). Concluindo o uso do edifício como praticamente sempre uma prisão. Com o fim da ditadura portuguesa os edifícios herdados enquanto património passaram a ser utilizados para diferentes finalidades. Sendo que alguns mantiveram a função anterior, e outros passaram a serem utilizados para serviços públicos e, portanto, alvos de uma descaracterização. Soma-se o caso dos edifícios ocupados por instituições do Estado Novo que atualmente são estabelecimentos hoteleiros e outros que permaneceram sem utilização (Coutinho, 2018, p.224).

Com as memórias enquanto alvo de disputa, o passado repressivo o problema com maior potencial de desestabilizar o processo transicional (Barahona de Brito, 2004), e o aparecimento recente de uma reivindicação da herança do Salazarismo pela extrema-direita (Farinha, 2022), colocamos nesse estudo em causa a importância dos museus de Resistência e Liberdade como uma forma de reconciliar memórias ao afirmar os valores democráticos.

CAPÍTULO 4

4.1 A TOPOGRAFIA DO TERROR

A Topografia do Terror (*Topographie des Terrors*) está em Berlim, na Alemanha, e apresenta duas exposições permanentes, exposições temporárias e um centro de documentação. A exposição permanente e o local que integra o centro de documentação foram inaugurados em 2010. A Topografia do Terror pretende informar os visitantes sobre a história do local e os crimes então planejados pelos nazistas. O local de construção da Topografia do Terror já abrigou as principais instituições do regime nazista. Entre os anos de 1933 e 1945 o local na *Niederkirchnerstraße* foi ocupado pelos quartéis-generais da Gestapo, da liderança da SS, do Serviço de Segurança do Partido (SD) e, a partir de 1939, do Escritório Central de Segurança do Reich (Leoni, 2014, p.111). Os prédios que abrigavam essas instituições foram praticamente destruídos por bombardeios durante a guerra e suas ruínas demolidas após a guerra, logo, não existe nenhum dos edifícios anteriores no local. O local histórico foi redescoberto na década de 1980 (Topography of Terror, 2014, p.6), sendo administrado pela Fundação Topografia do Terror, uma referência institucional na Alemanha, reconhecida pela mudança normativa e institucional na forma como o passado nazista e a memória do Holocausto foram confrontados (Wüstenberg, 2017, p.2).

A Fundação Topografia do Terror surgiu em 1987 na sequência do projeto de exposição temporária ao ar livre – atualmente ainda exposta no local da Topografia do Terror – para a celebração do 750º aniversário de Berlim que deveria durar somente seis meses. A exposição temporária foi bem-sucedida e decidiram a prolongar e desenvolver no local um centro de documentação. A construção da exposição temporária da Topografia do Terror relacionou-se com um momento em que havia interesse e apoio financeiro para programas culturais e históricos inovadores na cidade (Till, 2005, p.21). A Fundação Topografia do Terror foi constituída a 28 de Janeiro de 1992 como dependente de direito público pelo Senado de Berlim. Posteriormente, passa para fundação independente por meio da lei de fundação a 8 de Abril de 1995. A Fundação administra o local histórico onde estão as exposições e o centro de documentação, sendo também responsável pelo Centro de Documentação do Trabalho Forçado Nazista em Berlim desde 2005.

A Fundação é apoiada conjuntamente pelo estado de Berlim e pela República Federal da Alemanha além do seu próprio conselho, a fundação possui um conselho consultivo internacional e um comitê de trabalho que conta com a nomeação de especialistas de Berlim¹⁷. Andrea Riedle assume como diretora da Fundação Topografia do Terror desde 2020. A Fundação Topografia do Terror possui como missão: “divulgar informações sobre o regime de terror instaurado pelos nazis e convidar o público a refletir sobre este capítulo da história e suas consequências após 1945¹⁸”.

A construção do edifício que atualmente abriga o centro de documentação e uma das exposições permanentes passou por três concursos. O primeiro teve como vencedor em 1993 o projeto de Peter Zumthor. O projeto do arquiteto suíço iniciado em 1995 não seguiu adiante e ocorreu a sua demolição em 2004 depois do gasto de 15 milhões de euros¹⁹. A administração da cidade de Berlim desistiu do projeto devido aos custos que ultrapassariam muito o orçamento destinado à construção do edifício. A destruição do projeto de Zumthor proporcionou protestos de intelectuais e artistas pela sua preservação no local. Claudio Leoni (2014) refere que o edifício atual da Topografia do Terror também não recebeu muita atenção positiva. As críticas pontuam a sua arquitetura sombria e retrógrada, um edifício com uma abordagem técnica (Leoni, 2014, p.118). Por outro lado, Claudio Leoni (2014) fala sobre o projeto mais artístico de Zumthor que seria um outro tipo de projeto, proporcionaria a reflexão e o envolvimento com um momento reflexivo devido a arquitetura do edifício (Leoni, 2014, p.119).

Referimos o contraste da exposição ao ar livre e a interior, sendo notável especialmente em sua arquitetura. A exposição ao ar livre costuma atrair muitos turistas que visitam o local, devido em parte à sua proximidade com o *Checkpoint Charlie*. A exposição interna compreende um espaço amplamente neutro que é quase completamente coberto de janelas ou paredes brancas sem artefactos e praticamente sem arte, o espaço expositivo está concentrado para o conteúdo da exposição e não para o ambiente. A exposição permanente “Topografia do Terror: Sede da Gestapo, SS e Segurança do Império nas ruas *Wilhelmstraße* e *Prinz-Albrecht-Straße*” conta com painéis bilingues (alemão e inglês) dedicados às principais organizações repressivas do Terceiro Reich e aos crimes por elas cometidos na Europa ocupada. Apresenta o sistema de terror instituído pelo regime nazista, bem como os diferentes

¹⁷ Informação retirada do site oficial da Topografia do Terror. Consultado pela última vez a 18 de Julho de 2023, disponível em: <https://www.topographie.de/en/foundation>.

¹⁸ Informação retirada do site oficial da Topografia do Terror em “Plano da exposição permanente”. Consultado pela última vez a 20 de Julho de 2023, disponível em: <https://www.topographie.de/topografia-do-terror>.

¹⁹ Informação sobre a demolição retirada online. Consultado pela última vez a 22 de Julho de 2023, disponível em: <https://www.swissinfo.ch/pr/topografia-do-terror-sera-demolida-em-berlim/4225728>.

grupos que foram suas vítimas. A exposição permanente organiza-se em cinco secções: a tomada de poder do Nacional-Socialismo; instituições do terror (SS e Polícia); Terror, perseguição e destruição na zona do Terceiro Reich; SS e o Gabinete Principal de Segurança do Reich nas regiões ocupadas e o fim da guerra e o período pós-guerra. A exposição principal conta com um áudio guia com duração aproximadamente de 60 minutos.

Ao ar livre, na parte exterior do edifício da exposição permanente, a exposição “Berlim 1933-1945: Entre Propaganda e Terror” que acompanha vestígios do muro de Berlim, classificado como monumento histórico, compõe-se por quinze painéis que fornecem informações gerais sobre o terreno da Topografia do Terror, seu uso durante o período nazista e no pós-guerra, bem como sobre as organizações que causaram a propagação do terror que ali se estabeleceram sob o Terceiro Reich. A visita às exposições e o acesso ao centro de documentação possuem entrada gratuita.

Desde a sua constituição em 1992, a Fundação Topografia do Terror produziu várias exposições especiais e temporárias²⁰. Algumas exposições foram projetadas para exibição em outros locais e podem ser emprestadas, o direcionamento e informação sobre as exposições itinerantes pode ser feito através do contacto com a Fundação Topografia do Terror. O departamento de educação oferece um *workshop* para grupos em língua inglesa de pelos menos 7 participantes, com duração de cinco horas e gratuito. O *workshop* contempla no início uma visita guiada pela exposição e nos grupos de trabalho, os visitantes são convidados a analisar mais profundamente as estruturas dos perpetradores e seus crimes. Além disso, existe uma oferta de visitas e um *workshop* de modo *online* em inglês destinado principalmente a crianças em idade escolar a partir dos 14 anos, estudantes e todos os outros grupos de jovens e adultos interessados. A visita *online* compreende a exposição permanente e a sua visualização através de fotos e documentos, bem como exercícios que apresentam de modo vívido a exposição. A visita online dura 90 minutos, necessita um agendamento prévio, e acontece pela plataforma do *Zoom*. Ainda de modo *online*, a Topografia do Terror oferece três *workshops* de 180 minutos, geralmente gratuitos, para grupos de língua inglesa de pelo menos 7 participantes sobre os principais temas expositivos.

²⁰ Ver em Anexo 3 o levantamento das exposições especiais e temporárias desde 2010.

O número de visitantes da Topografia do Terror em 2018 chegou a 1,38 milhão²¹. A biblioteca da Fundação Topografia do Terror possibilita o acesso público de modo presencial e reúne aproximadamente 30.000 unidades de média e cerca de 130 revistas atuais e 100 antigas, que como principais temas científicos estão as áreas sobre a SS, Gestapo e Polícia no Nacional-Socialismo²². No local da biblioteca existem locais de trabalho individuais e em grupo, computadores para pesquisa no catálogo e em diferentes bases de dados. Visitas guiadas em grupo, sob agendamento, estão previstas diariamente no horário das 10h às 20h. No espaço histórico ao ar livre, a visita guiada em grupo de 60 minutos, conta com a possibilidade de ser requisitada em vários idiomas, e convida os visitantes a buscar vestígios históricos no local do antigo quartel-general do terror nazista, permite um exame crítico do passado nazista e da forma como esse “lugar de perpetradores” foi tratado depois de 1945 até a criação no local da Topografia do Terror. A visita guiada à exposição permanente também possibilita o requerimento em vários idiomas e possui a duração de 60 minutos, sendo instalada no centro de documentação, apresenta as instituições centrais da SS e da polícia durante o Terceiro Reich e os crimes que cometeram em toda a Europa. Visitas guiadas individuais são planeadas todo fim de semana, gratuitas e também duram 60 minutos.

Devido a função documental que a Topografia do Terror assume, Erin Johnston-Weiss (2016) afirma que ela geralmente não apresenta o Holocausto de uma perspectiva emocional ou psicológica, isso significa que não há um incentivo de proporcionar empatia por indivíduos ou grupos representados, incluindo vítimas e perpetradores (Johnston-Weiss, 2016, p.71). A capacidade de examinar a violência criada pelo nazismo, e de permitir os visitantes um melhor entendimento sobre a perspectiva dos perseguidores, configura essa função documental e a direciona enquanto uma instituição que busca preencher uma lacuna informativa na história. Apesar de serem apresentadas biografias de pessoas presas na prisão da Gestapo ou envolvidas em movimentos de resistência, e alguns exemplos de correspondência escrita, em geral, também essas pessoas são tratadas como evidências factuais. Documentos legais, mapas, fotografias e outros materiais históricos são apresentados como dados que sustentam a narrativa histórica, mas permanecem por conta própria para serem interpretados pelos visitantes.

²¹ Informação sobre o número de visitantes. Consultado pela última vez a 25 de Agosto de 2023, disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/um-dos-memoriais-mais-visitados-de-berlim/a-47348543>.

²² Informação retirada do site oficial da Topografia do Terror. Consultado pela última vez a 25 de Agosto de 2023, disponível em: <https://www.topographie.de/topografia-do-terror>.

A Topografia do Terror é inserida por vezes no *dark tourism* de Berlim juntamente com outros locais de memória, como o *Checkpoint Charlie* e o Museu Judaico de Berlim (Stone, 2006) que possui uma importância central tanto pelo seu conteúdo quanto para seus objetivos. O atual espaço da Topografia do Terror já oferece por si só um impacto histórico, antes um local sede da Gestapo e do Escritório Principal de Segurança do Reich, destruído no final da Segunda Guerra Mundial e que mantém vestígios do muro de Berlim no terreno. A história apresentada pela Topografia do Terror sobre a Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, as instituições nazistas anteriormente presentes no local e o horror que ali se originou também é uma história sobre a Alemanha do pós-guerra, o possível esquecimento ou repressão do passado, a redescoberta do local e a luta para encontrar uma forma apropriada de lembrança.

4.2 LOCAIS DE MEMÓRIA EM BERLIM: CONTRIBUIÇÕES DA TOPOGRAFIA DO TERROR

Jane Kramer (1996) diz que desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e depois com a queda do Muro de Berlim, em 1989, os alemães descobriram que era difícil serem pessoas comuns com o Holocausto em sua história (Kramer, 1996, p.16). Diante disso, segue-se a gestão dos traços físicos do Nacional Socialismo e as políticas racistas de Hitler que assumiram um significado global e, além dos limites da cultura alemã do pós-guerra. A grande escala de construções e renovações que ocorreram em Berlim desde 1990, insere a cidade como incomum no espaço europeu, falando-se, assim, da “Nova Berlim” e a sua composição com edifícios e locais projetados por arquitetos famosos, lugares e paisagens em toda a cidade contemporânea que incorpora o seu passado histórico (Till, 2005, p.6). A variedade de lugares que transmitem o legado do passado nacional traumático e a reivindicação da herança nacional se estabelece em museus e memórias por toda cidade. No que concerne o antigo local do quartel-general da SS e da Gestapo em Berlim, James Edward Young (1993) refere os muitos anos de ausência de memória no antigo local e como imediatamente após a guerra, a memória da Gestapo parecia tão desinteressante e desconfigurada (Young, 1993, p.83). Resultado de um pedido público de um grupo civil autodenominado como “*Active Museum of Fascism and Resistance in Berlin*”, realizou-se uma escavação comemorativa em 8 de Maio de 1985 – no dia do aniversário da capitulação dos nazistas – para simbolicamente escavar o antigo terreno da Gestapo como meio de preparação para um centro de documentação (Young, 1993, p.88). Tal evento resultou em 1987 na exposição temporária da Topografia do Terror e incorporada nas ruínas então escavadas.

A Topografia do Terror é interpretada como um local diferente de outros pela sua abordagem ao passado, enquanto um local sobre os perpetradores alemães (Topography of Terror, 2014, p.7) e o que aconteceu com eles depois da guerra, contrastando com outros locais que se concentram mais na história das vítimas. O ponto de partida para a exposição permanente é o sítio histórico, sede das instituições centrais do aparato de terror nacional-socialista. Karen Till (2005) insere a Topografia do Terror como parte de locais de memória em Berlim construídos para apresentar os legados da violência histórica nacional, junto com o Memorial do Bairro Bávaro, o Memorial aos Judeus Assassinados da Europa, o Museu Judaico e o Museu Memorial do Campo de Concentração de Sachsenhausen (Till, 2005, p.9). Sendo, atualmente, a Topografia do Terror um dos locais de memória mais importantes e frequentados em Berlim (Wüstenberg, 2017).

Destacam-se dois momentos de transição política e social na Alemanha que proporcionaram um questionamento das funções sociais dos lugares e incentivaram a construção de locais de memória:

“The first followed a period of social upheavals and violence in the Federal Republic of Germany (FRG or West Germany) and was accompanied by a switch from a liberal Social Democratic Party (SPD) to a neoconservative Christian Democratic Union (CDU) federal government administration headed by chancellor Helmut Kohl in the early 1980s. The second transition was German reunification in 1990. At the national and local scales, both moments were recognized as significant turning points that created new social spaces” (Till, 2005, p.20)

Os dois momentos desencadearam debates sobre pertencimento e cidadania em Berlim e na Alemanha. A identidade nacional alemã deveria ser definida pelo reconhecimento contemporâneo de sua responsabilidade pelo Holocausto? Apesar do silêncio inicial após o final da Segunda Guerra Mundial sobre os crimes do Terceiro Reich, nas décadas de 1960 e 1970 na Alemanha Ocidental, passaram a defender mais memória e justiça ao invés de silêncio (Till, 2005, p.20). Em Berlim referimos uma cidade que sustenta marcas da história do século XX de modo tão intenso, os bombardeamentos ingleses e americanos durante a Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, a construção do Muro de Berlim como principal projeto de construção do período do pós-guerra, configura uma cidade diferente das outras capitais da Europa.

Na década de 1980 e 1990 museus e memoriais foram propostos para fornecer uma imagem positiva da identidade alemã, refletindo a criação da rede de museus memórias, numa tentativa de confrontar

o passado autoritário. Na sequência da construção da exposição temporária, a Topografia do Terror é referida como a “ferida aberta da cidade” (Till, 2005) ao representar a Alemanha como uma sociedade de perpetradores. Com a queda do Muro de Berlim em 1989, a unificação da Alemanha, o estabelecimento de Berlim como a capital nacional e a mudança da sede do governo de Bonn para Berlim proporcionou-se uma mudança de narrativas para acomodar o novo território (Till, 2005, p.21). Isso implicou a confrontação com o legado dos regimes autoritários e com a questão judaica. A construção de um distrito de memória sobre o Holocausto no centro da cidade de Berlim segue essa movimentação.

Especialmente na fase de fundação nas décadas de 1980 e 1990, a Fundação Topografia do Terror fez importantes contribuições na Alemanha para o exame crítico dos crimes nacional-socialistas e seus responsáveis (Till, 2005). Isso também foi apreciado nos países que sofreram sob a ocupação alemã durante a Segunda Guerra Mundial. Apresentar um local de perpetradores exigia o reconhecimento dos alemães da sua responsabilidade por crimes passados. Iniciou-se no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, na sequência das discussões sobre o terreno da Gestapo, e a subsequente abertura da Topografia do Terror em 1987, uma mudança nas memórias públicas alemãs do pós-guerra (Till, 2005, p.145). Existia uma lacuna na cultura comemorativa nacional e internacional que a Topografia do Terror preencheu. A visita à Topografia do Terror permite-nos imaginar as possibilidades de um futuro mais democrático.

CAPÍTULO 5

5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE RECONCILIAÇÃO NOS MUSEUS

Os projetos museológicos que visam (re)construir um passado de violência e/ou de repressão política são capazes de gerar debates e protestos devido ao modo como esse passado é apresentado (Balcells et al., 2018, p.2). Tais projetos, quando há uma transição negociada com a justiça transicional, são integrados em iniciativas de memorialização que complementam a justiça transicional. Uma vez que os museus não garantem nada apenas com a sua mera existência, fala-se da sua integração em objetivos mais amplos como a consolidação democrática, após momentos de transição política, e como parte do processo de alcançar um nível de reconciliação na sociedade. Diante disso, elaboramos nesse estudo uma grelha teórica com as dimensões observáveis da reconciliação e da polarização. Ao olhar

para os três estudos de caso, como identificar quando eles mostram reconciliação ou polarização? O objetivo neste capítulo será fornecer uma comparação entre os três estudos de caso, seguindo a grelha elaborada nesse capítulo, e sistematizar as informações apresentadas nos capítulos anteriores.

A grelha destaca cinco dimensões que correspondem às manifestações de reconciliação ou de polarização, que podem ser vistas na figura abaixo:

Dimensões da reconciliação e polarização		
Dimensões	Manifestações	
	Polarização	Reconciliação
Deontológica/cultural	Maior instrumentalização ideológica	Reparação simbólica e contextualização para as vítimas
Política/institucional	Uso dos locais de memória como meio de afirmação e/ou propaganda política de uma certa versão da história	Reconhecer diferentes práticas dos períodos passados
Financiamento	Falta de incentivo em projetos que abordam as desigualdades sociais fundamentais após períodos de transição política	Capacidade de gerar projetos de memorialização para a reabilitação das comunidades pós conflito
Geográfica	Ausência de projetos de memorialização em locais onde ocorreram eventos de violência e/ou de memórias conflitantes	Locais de diálogo que destacam o passado repressivo, os contrastes e continuidades entre o passado e o futuro
Social	Difusão das versões parceladas da história e impunidade dos perpetradores	Integração das divisões sociais entre vítimas, perpetradores e absentistas

Fonte: elaborada por Amanda Costa

Considerando a lógica da polarização, sustenta-se que ao invés de proporcionar uma integração na sociedade, as medidas reconciliatórias aumentariam as divisões sociais (Balcells et al., 2018, p.4). Em

contrapartida, a lógica da reconciliação entende que as diferentes opiniões tornar-se-iam mais semelhantes. Os museus possuem uma grande capacidade política de persuasão, porque conseguem recriar passados históricos e transmitir memórias históricas, assim, aproximando diferentes opiniões. Nesse sentido, na primeira dimensão está a deontológica/cultural que manifesta a reconciliação como reparação simbólica e contextualização para as vítimas; e manifesta a polarização através do discurso instrumentalizado.

A dimensão política/institucional destaca as medidas que explicitamente ou implicitamente buscam influenciar os cidadãos após períodos de transição de regimes. Falando-se, portanto, na manifestação da polarização como condutora de visões parceladas da história. Em sequência, a dimensão do financiamento destaca como polarização a falta de incentivo em projetos que abordam as desigualdades sociais, contrastando com a reconciliação como a capacidade de gerar projetos de memorialização e mostrando um interesse nas questões após a transição política. A dimensão do financiamento relaciona-se com a geográfica na manifestação da polarização, quando por falta do referido incentivo, observa-se uma ausência de projetos de memorialização em locais que deveriam proporcionar espaços de memória sobre um passado recente repressivo.

A dimensão social manifesta a polarização ao difundir as versões parceladas da história e não buscar uma integração entre vítimas, perpetradores e absentistas. Em suma, a análise da reconciliação como uma estratégia que complementa a justiça transicional aparece como capaz de ser mais observada a seguir a elaboração e uso da grelha teórica. Segue-se agora uma análise final dos três estudos de caso após recorrer à grelha.

No caso da Casa da História Europeia o museu será analisado através da grelha teórica recorrendo aos catálogos publicados desde a sua abertura ao público, as exposições temporárias e a permanente, a entrevista realizada presencialmente com a curadora Christine Dupont²³ e as visitas ao museu. Na dimensão deontológica/cultural a Casa da História Europeia a partida pode indicar um projeto sem margem de liberdade académica, com um alto nível de instrumentalização, devido o seu financiamento e seu projeto de construção estar ligado ao Parlamento Europeu. No entanto, até o momento o museu apresenta uma independência académica observável no discurso expositivo das

²³ Ver em Anexo 4 a transcrição da entrevista.

exposições temporárias e da permanente. O museu não se ocupa maioritariamente da história das vítimas da primeira e da segunda guerra mundial, por exemplo, mas a menção às vítimas é claramente identificável, conferindo, assim, uma reparação simbólica e uma contextualização dos eventos ocorridos.

Na dimensão política/institucional podemos observar um projeto museológico que tendencialmente considera as diversas histórias e acontecimentos dos países que integram a União Europeia e o modo como o discurso expositivo é construído de modo reflexivo. As práticas dos períodos passados são retratadas, por exemplo, ao falar da Primeira Guerra Mundial, da Segunda Guerra Mundial, da revolução russa e da guerra civil espanhola. Como referido por Christine Dupont na entrevista, o museu busca justamente apresentar uma mensagem europeia que seja crítica e multi-perspectiva, que vai além de uma mensagem europeia somente positiva. Na dimensão do financiamento destacam-se as exposições temporárias que complementam os temas sobre a história da Europa e a integração da comunidade europeia. Além disso, a recente criação da plataforma digital *Throwaway* que integra a atual exposição temporária, e sinaliza como o museu apresenta temas que são relevantes e atuais para a sociedade contemporânea.

Na dimensão geográfica destacamos o papel ocupado por Bruxelas, a cidade que se encontra a Casa da História Europeia. A cidade de Bruxelas é reconhecida como a capital da Europa, devido aos principais órgãos da Unidade Europeia estarem presentes na cidade, como: o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia, o Conselho Europeu e o Conselho da União Europeia. Por isso, a presença do museu sobre a história da Europa reveste-se de importância à nível geográfico e também em outras dimensões. O que influencia a última dimensão da grelha teórica, a social, que sustenta como reconciliação a integração das divisões sociais e das diferentes vozes. Apesar de destacado que a Casa da História Europeia possui dificuldades de incluir as vozes marginais no espaço do museu (Settele, 2015), importa pontuar que a exposição permanente faz referência ao colonialismo, as migrações e o comércio de escravos e os integra como parte do património europeu, o que indica uma menção às memórias conflitantes e contenciosas. Ademais, a Casa da História Europeia apresentou em 2017 a exposição temporária *Interactions* que explorou o património europeu e o seu desenvolvimento.

A análise do Museu do Aljube através da grelha teórica considera as exposições temporárias, as exposições permanentes e a visita ao museu. Na dimensão deontológica/cultural destaca-se a

manifestação da reconciliação no esforço do museu na recolha/levantamento testemunhal de expresos políticos e dos resistentes à ditadura, bem como a produção de exposições temporárias como a exposição “Mulheres e resistência – Novas Cartas Portuguesas e outras lutas” de 2021. A dimensão política/institucional na manifestação da reconciliação é deficitária por não apresentar referência sistemática a outros regimes, e na manifestação da polarização apresenta uma abordagem excessivamente militante quando fala das vítimas. No financiamento o Museu do Aljube sustenta um projeto que está mais na manifestação da reconciliação, ao abordar memórias do período transicional da ditadura para a democracia, a mencionar o programa “EducAljube”, as visitas orientadas, a formação de professores e educadores e a oferta de materiais educativos que caracteriza a sua capacidade de gerar projetos para a comunidade envolvente.

A dimensão geográfica também está mais voltada para a manifestação de reconciliação, falamos de um museu construído no antigo edifício de uma cadeia e prisão política durante o Estado Novo, que se vale do seu local geográfico e do espaço arquitetónico ainda preservado. Sendo o primeiro museu à nível nacional sobre a história da resistência à ditadura militar. Por último, a dimensão social apresenta uma manifestação deficitária de reconciliação porque privilegia exclusivamente a história das vítimas da ditadura e dos resistentes na exposição permanente e na oferta das exposições temporárias. Deixando de lado os perpetradores e os observadores. Por outro lado, apresenta na exposição permanente o esforço de consciencialização nas questões do anticolonialismo e das lutas coloniais, e nas exposições temporárias possui uma oferta com temas atuais sociais relacionados com a resistência e a liberdade.

Seguimos para a análise da Topografia do Terror através da grelha teórica que considera como material as exposições temporárias, as duas exposições permanentes e a visita ao espaço. Na dimensão deontológica/cultural, a exposição permanente do interior apresenta como manifestação de reconciliação a caracterização das principais organizações repressivas do Terceiro Reich e os crimes por elas cometidos. Falando, pois, da contextualização das organizações que geraram tantas vítimas e o modo como operavam. Tal caracterização explora as organizações repressivas para promover um maior conhecimento geral dos eventos ocorridos, como a exposição temporária “Berlim 1933 – O caminho para a ditadura”, em 2018, sobre as principais etapas do estabelecimento do domínio nazista durante os primeiros seis meses do Terceiro Reich em Berlim.

Na dimensão política/institucional as exposições temporárias e as duas permanentes fazem referência a outros regimes e reconhecem práticas dos períodos passados. No financiamento a Fundação Topografia do Terror é caracterizada como pioneira e uma referência institucional na Alemanha por sustentar uma missão/função documental. A história do local que anteriormente servia como terreno das principais instituições do regime nazista, destaca a dimensão geográfica que manifesta uma reconciliação à nível territorial e, conseqüentemente, memorial. A exposição permanente ao ar livre nos vestígios do muro de Berlim no terreno também contribui para a manifestação da reconciliação.

Na dimensão social o grande destaque está na iniciativa da Fundação de apresentar o local como lugar de perpetradores e, por isso, apontar um comprometimento com os legados da violência histórica nacional. As conseqüências dos eventos após 1945 e a apresentação dos perpetradores, sobretudo, mas também das vítimas, dos resistentes e dos absentistas ocupam um lugar na missão da Fundação e no seu trabalho com a memória do Holocausto.

Em suma, após análise dos três estudos de caso, destacamos a atenção necessária para uma Museologia que não deve buscar a reconciliação de modo abstrato, mas sim que favorece uma narrativa objetificante no discurso expositivo e que tenda para uma maior completude. De acordo com a nossa análise, o Museu do Aljube apresenta-se como um projeto excessivamente militante quando fala das vítimas e, assim, como um projeto com um duplo potencial. Não há uma referência sistemática a outros regimes e apresenta uma linguagem muito adjectivante. Em contrapartida, a Topografia do Terror e a Casa da História Europeia apresentam informações sobre as vítimas com um certo distanciamento e como parte de dados factuais, não recorrendo a uma linguagem muito adjectivante.

CONCLUSÃO

A presente dissertação pretendeu analisar como que a Museologia contribui para processos transicionais considerando as memórias e as narrativas contenciosas. Para isso, os três projetos de representação museológica foram escolhidos, e levou-se em consideração as suas particularidades em comum e as suas diferenças. A literatura que trata a questão da justiça transicional e que debate as diferentes políticas de reconciliação e de perdão, os instrumentos usados para lidar com o passado de regimes transitórios, como: anistias parciais ou gerais, julgamentos, comissões de verdade e gestos simbólicos, tais como a construção de monumentos, mostra que o passado continua vivendo no presente, em maior ou menor grau.

Inserindo-se no âmbito da museologia crítica, também buscou-se contribuir para a investigação do papel social dos museus, do património deixado pelos acontecimentos do século XX e destacou como o património cultural adapta-se às novas circunstâncias após uma transição política. Falamos sobre a patrimonialização, a análise de projetos concretos, a possibilidade de construir monumentos e sítios patrimoniais e a construção de memórias sociais. Destacando, assim, a patrimonialização como um ato político. Num período caracterizado pela ascensão do extremismo político, a crise da democracia e toda uma onda de polarização, este estudo também teve como objetivo destacar tais questões e o impacto no campo da Museologia. Assumindo o trabalho museológico, a seleção do património e a musealização do património como influenciados pelo contexto contemporâneo, o cenário atual direciona o modo como queremos trabalhar nos museus. Argumenta-se, pois, os museus como espaços que não são neutros e como detentores de um papel social na contemporaneidade.

Foi concedida a ênfase às memórias conflituosas europeias através de três estudos de caso que a partida podem não indicar muitas características em comum para efeitos de análise, mas que após um estudo pormenorizado revelam estratégias em comum e permitem retirar conclusões inovadoras sobre a reconciliação nos museus. Quanto a museologia e como ela age nos processos transicionais – a nossa pergunta de investigação – recorreremos à revisão de literatura e na temática da reconciliação e polarização o nosso contributo foi proporcionar mais chances de investigação futura, através da grelha teórica elaborada. A entrevista com a curadora Christine Dupont também contribuiu para retirar novas conclusões e as integrar na análise dos três estudos de caso e na grelha teórica. O estudo das três realidades museológicas foi possível porque falamos de projetos que não estão apartados das questões sociais contemporâneas, apresentam programas em colaboração com outros museus,

programas educativos e exposições temporárias que complementam a temática das exposições permanentes.

Como foi alvo de análise no Capítulo 5, concluímos que dos três projetos estudados, o Museu do Aljube apresenta-se como um projeto com um duplo potencial. Isso devido a sua linguagem muito adjectivante e uma abordagem excessivamente militante no que diz respeito às vítimas, seja na exposição permanente, como nas exposições temporárias, que complementam a temática do museu. Buscamos com este estudo não apontar críticas infundadas, mas contribuir para estudos futuros e uma possível remodelação do seu discurso expositivo. Vale ressaltar novamente que reconhecemos o valor patrimonial do edifício do Aljube, a construção do Museu e o que significa para o cenário museológico português. Entretanto, argumentamos que a Museologia deve buscar uma narrativa objetificante no discurso expositivo e que tenda para uma representação mais abrangente dos diversos momentos que constituem a memória histórica acerca do passado. No caso dos projetos da Casa da História Europeia e da Topografia do Terror, uma linguagem pouco adjectivante foi favorecida, e as vítimas são colocadas como parte de dados factuais, com um distanciamento na narrativa.

Assim, este estudo mostrou que cada vez mais as tecnologias derivadas da História, das Ciências Sociais e das Humanidades podem ser uma ferramenta importante para os Estados trabalharem com os seus cidadãos a memória do presente, do passado e do futuro para promover resiliência democrática. Existe um impacto nos projetos museológicos e na forma como a memória é endereçada, como que as pessoas recebem isso e, portanto, como elas se relacionam com o seu passado, presente e futuro. Esperamos contribuir para o avanço do estudo do papel social dos museus.

BIBLIOGRAFIA

Anico, M. (2006). Património, museus e representações culturais locais na contemporaneidade. Em Anico, M. e Peralta, E. (Org.). *Património e Identidades : ficções contemporâneas*, 91-98. Celta Editora, Oeiras

Araújo, M. P. N. (2017). Museus e Memoriais na Construção de Narrativas sobre Ditaduras: o Museu do Aljube em Lisboa e o Memorial da Resistência de São Paulo. Em Araújo, M. P. N. e Pinto, A. C. (Eds.) *Democratização, Memória e Justiça de Transição nos Países Lusófonos*. 1ª ed. 73-96. Editora Autografia Edição e Comunicação Lda

Applebaum, A. (2020). *O Crepúsculo da Democracia: O Fracasso da Política e o Apelo Sedutor do Autoritarismo*. Bertrand Editora

Ashworth, G.J. e Graham, B. (Eds.) (2005), *Senses of Place : Senses of Time*, Aldershot: Ashgate

Balcells, L., Palanza, V. e Voytas, E. (2018). *Do Museums Promote Reconciliation? A Field Experiment on Transitional Justice*. *Empirical Studies of Conflict Project*, 10, 1-60

Balcells, L., Palanza, V. e Voytas, E. (2021). Do Transitional Justice Museums Persuade Visitors? Evidence from a Field Experiment. *Forthcom. The Journal of Politics*, 84, 496-510

Barahona de Brito, A., Enríquez, C. G. e Fernández, P. A. (Coord.). (2004). *A política da memória: Verdade e Justiça na Transição para a Democracia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

Barahona de Brito, A. (2009). Justiça transicional e a política da memória: uma visão global. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, 1, 56-83

Barsalou, J. e Baxter, V. (2007). The Urge to Remember: The Role of Memorials in Social Reconstruction and Transitional Justice. *Stabilization and Reconstruction Series*, 5, 1-24. United States Institute of Peace

Barsalou, J. (2014). Reflecting the Fractured Past: Memorialisation, Transitional Justice and the Role of Outsiders. Em Buckley-Zistel, S. e Schäfer, S. (Eds.). *Memorials in times of transition*. 47-65. Intersentia, Cambridge

Bartlett, L. e Vavrus, F. (2016). *Rethinking case study research: A comparative approach*. Taylor & Francis

Benton, T. (2010). Heritage and changes of regime. Em Benton, Tim (Ed.). *Understanding Heritage and Memory*, 126-163. Manchester University Press

Bickford, L. (2004). *Transitional justice the encyclopedia of genocide and crimes against humanity*, 3, 1045-1047. MacMillan

Bobbio, N. (2013). *Direita e Esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. UNESP, São Paulo

Bonacker, T. e Buckley-Zistel, S. (2013). Introduction: Transitions from Violence—Analyzing the Effects of Transitional Justice - Volume 7, 1, 4–9. *International Journal of Conflict and Violence*

Brett, S., Bickford, L., Ševčenko, L. e Rios, M. (2007). *Memorialization and democracy: State policy and civic action*. Nova York: International Center for Transitional Justice

Brito, J. de S. (2022). *Patrimonialização e Musealização da memória da violência política durante a ditadura militar e o Estado Novo: a delegação da PVDE/PIDE/GDS no Porto*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Britto, C. C. (2019). Democracia: desafios para a Universidade e para a Museologia. *Museologia & Interdisciplinaridade – Volume 8, 16*, 213-219

Buckley-Zistel, S. e Schäfer, S. (Eds.). (2014). Memorials in times of transition. Em *Memorials in Times of Transition*, 1-26. Intersentia, Cambridge

Budasz, D. (2019). Finding the Legacy of Millennials' Material Culture. Em *House of European History. Restless Youth: Growing up in Europe, 1945 to now*, 174-179. Temporary Exhibition. Catalogue. European Union

Caldeira, A., Rosas, F. e Farinha, L. (2015). *Museu do Aljube – Resistência e Liberdade*. Norprint

Carter, J. e Orange, J. (2012). Contentious terrain: defining a human rights museology. Em *Museum Management and Curatorship*. Volume 27, 2, 111-127

Casa da História Europeia. (2018). *Guia de bolso*. Exposição permanente. Parlamento Europeu

Choay, F. (2001). *A Alegoria do Património*. Estação Liberdade. São Paulo

Christodoulou, P., Bădică, S., Bem Neamu, R. e Mlsová Chmelíková, J.. (2022). Tomorrow's History in the Museum. Collecting Testimonies of Current Events for the House of European History. Volume 2, 2, 63-79. Culture. Society. Economy. Politics

Coutinho, B., Baptista, M. M., Martins, M. de L. e Rebelo, J. (2018). Portugal, país de turismo: dissonâncias e usos turísticos do património do Estado Novo, Volume 5,2, 213-231. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*

Coutinho, M. dos S. (2022). *Aljube, Porque Existes Sobre as Memórias do Passado? O Impacto da Exposição a um Museu nas Atitudes Individuais. Um Estudo Experimental*. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE)

Daly, P. e Chan, B. (2015). “Putting broken pieces back together”: Reconciliation, Justice and Heritage in Post-Conflict Situations. Em Logan, W., Craith, M. N. e Kockel, U. (Ed.). *A companion to heritage studies*, 491-506

Davison, P. (2005). Museums and the re-shaping of memory. Em Corsane, G. (Org.). *Heritage, Museums and Galleries*. 202-214, Routledge

Dupont, C. (2020). La Maison de l’histoire européenne. Un musée comme unité spéciale du Parlement européen. *Biens Symboliques / Symbolic Goods*, 6, 1-13. Acedido em 20 de Setembro de 2023, em: <https://journals.openedition.org/bssg/436>

Farinha, L. (2017). Museu do Aljube, Resistência e Liberdade: Musealização de uma “Herança Difícil”, 9, 23–28. *Boletim ICOM Portugal*

Farinha, L. (2021a). Conviver com o Passado – uma tarefa sem fim à vista. Em *Disputa da Memória*. 5-8. Museu do Aljube – Resistência e Liberdade

Farinha, L. (2021b). Usos do passado e combates pela Memória, pela História e pela Democracia. 111-139. *Experimentações do Património*

Farinha, L. (2022). Museus, informação e serviço público: o centro de documentação num museu memória. *Revista Fontes Documentais*, 5ª edição especial, 166-168

Galston, A. W. (2017). A vez do populismo. Volume 6, 2, 1-22. *Journal of Democracy* (em Português)

Giblin, J. D. (2014). Post-conflict heritage: symbolic healing and cultural renewal. *International Journal of Heritage Studies*, Volume 20, 5, 500-518. Acedido em 20 de Setembro de 2023, em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13527258.2013.772912>

Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo, Edições Vértice

Hamber, B., Ševčenko, L. e Naidu, E. (2010). Utopian dreams or practical possibilities? The challenges of evaluating the impact of memorialization in societies in transition. *International Journal of Transitional Justice*, Volume 4, 3, 397-420

Hamber, B. (2006). Narrowing the Micro and Macro: A Psychological Perspective on Reparations in Societies in Transition. Em Pablo de Grieff (Coord.). *The Handbook of Reparations*, 560-588. Oxford: Oxford University Press

House of European History. (2017). *Interactions: Centuries of Commerce, Combat and Creation*. Europe Union

House of European History. (2019). *Restless Youth: Growing up in Europe, 1945 to now*. European Union

House of European History. (2020). *Fake for Real: A History of Forgery and Falsification*. European Union

Huntington, S. P. (1991). *Democracy's Third Wave*. *Journal of Democracy*, Volume 2, 2, 12-34.

Huyssen, A. (2004). *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Aeroplano, Rio de Janeiro

Itzel, C. (2019). *European heritage re-visited – The House of European History in Brussels*. *European Association of Heritage Interpretation*, 2ª edição, 8-22. *Interpret Europe: Conference 2018 Heritage and Identity – Proceedings*

Jaeger, S. (2017). *Between the National and the Transnational: European Memories of World War II in the Twenty-First-Century Museum in Germany and Poland*. Em Kraenzle, C. e Mayr, M. (Coord.). *The Changing Place of Europe in Global Memory Cultures: Usable Pasts and Future*, 23-47. Palgrave MacMiller Memory Studies

Janes, R. R. e Sandell, R. (2019). *Posterity has arrived: The necessary emergence of museum activism*. Em Janes, R. R. e Sandell, R. (Coord.). *Museum activism*, 1-21. Taylor & Francis

Johnston-Weiss, E. (2016). *Empathy and Distanciation: an Examination of Holocaust Video- and Photography in the Topography of Terror, the German Military History Museum and the Canadian Museum for Human Rights*. Thesis for Master of Arts, University of Manitoba

Kramer, J. (1996). *Introduction*. Em *The Politics of memory: looking for Germany in the new Germany*, 15-24. Random House

Leoni, C. (2014). *Peter Zumthor's 'Topography of Terror'*. *Architectural Research Quarterly*, Volume 18, 2, 110-122. Acedido em 20 de Setembro de 2023, em: <https://www.cambridge.org/core/journals/arq->

architectural-research-quarterly/article/abs/peter-zumthors-topography-of-terror/A617DDD1EBAC9B71271A762DFBBBC428

Levitsky, S. e Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Zahar

Light, D., Crețan, R. e Dunca, Andrea-Mihaela. (2021). *Museums and transitional justice: Assessing the impact of a memorial museum on young people in post-communist Romania*. *Societies*, Volume 11, 43, 1-21

Macdonald, S. (2006). Heranças difíceis: identidades e relíquias nazis na Alemanha. Em Peralta, E. e Anico, M. (Org.). *Património e identidades: ficções contemporâneas*, 103-110. Celta Editoras, Oeiras

Macdonald, S. (2013). *Memorylands*. Routledge

Martins, A. R. N. L. (2015). *A musealização de heranças difíceis. o caso do Museu do Aljube - Resistência e Liberdade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Portugal

Mazé, C. (2012). *Des usages politiques du musée à l'échelle européenne: Contribution à l'analyse de l'eupéanisation de la mémoire comme catégorie d'action publique*. *Politique Européenne*, Volume 2, 37, 72-100

Mendonça, E. (2015). *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e Museu: apontamentos sobre as estratégias de articulação entre processos de Patrimonialização e Musealização*. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Volume 4, 8, 88-106

Mihr, A. (2021). An introduction to transitional justice. Em Oliveira, S. (Ed.). (2021). *Introduction to Transitional Justice*. 2ª edição, 1-28. Routledge: Taylor & Francis Group

Nunes, J. P. A. (2013). A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, desenvolvimento e democracia. Em *Democracia, ditadura: memória e justiça política*. Lisboa. Edições Tinta-da-China

Nunes, J. P. A. (2016). Património cultural, museus e desenvolvimento: conceitos teóricos, políticas públicas e "sociedade civil. Em Texiera, S. S. (Org.), *Património e Museus na Contemporaneidade*, 27-52. EDUFBA, Salvador

Pinto, A. C. (2013). O passado autoritário e as democracias da Europa do Sul: uma introdução. Em Pinto, A. C. (Org.) (2013). *A sombra das ditaduras: a Europa do Sul em comparação*, 19-39

Quinalha, R. H. (2013). *Justiça de transição: contornos do conceito*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo

Raimundo, F. (2015). A Justiça de Transição e a Memória do Autoritarismo em Portugal. *Revista Contemporânea – Dossiê Redemocratizações e Transições Políticas no Mundo Contemporâneo*, Volume, 1, 7, 1-32

Rieff, D. (2011). *Against Remembrance*. Melbourne University Press

Rigney, A. (2012). Reconciliation and remembering: (how) does it work?. *Memory Studies*, Volume 5, 3, 251-258

Robin, R. (2014). Berlim: a persistência do esquecimento. *Revista Memória em Rede*, Volume 4, 10, 1-11

Sampaio, A. B. e Mendonça, E. de C. (2018). Democracia cultural, museu e património: relações para a garantia dos direitos culturais. Em Querol, L. S., Reis, D. e Mendonça, E. de C. (Dir.). (2018). *Museus e democracia cultural: diálogos e tensões*. E-cadernos CES, 30, 12-31. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Settele, V. (2015). Including Exclusion in European Memory? Politics of Remembrance at the House of European History. *Journal of Contemporary European Studies*, Volume 23, 3, 405-416. Acedido em 20 de Setembro de 2023, em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14782804.2015.1018877>

Smith, L. (2006). *Uses of heritage*

Sodaro, A. (2020). Memorial Museums: The Emergence of a New Form. Em *Exhibiting Atrocity*, 12–29. Rutgers University Press

Stone, P. R. (2006). A dark tourism spectrum: towards a typology of death and macabre related tourist sites, attractions and exhibitions. *Tourism: An Interdisciplinary International Journal*, Volume 54, 2, 145-160

Till, K. E. (2005). *The new Berlin: memory, politics, place*. University of Minnesota Press

Topography of Terror. (2014). *Topography of Terror – Gestapo, SS and Reich Security Main Office on Wilhelm-and prinz-Albrecht-Strasse*. A Documentation. Stiftung Topographie des Terrors

Vieregg, H. K. (2015). Approaches to the Transition Process ‘From Oppression to Democracy’. Case Studies from Memorials and Museums. *Museum International*, Volume, 67, 1-4, 23-39

Welsh, H. A. (1994). Political Transition Processes in Central and Eastern Europe. *Comparative Politics*, Volume 26, 4, 379-394

Wüstenberg, J. (2017). *Civil Society and Memory in Postwar Germany*. Cambridge University Press

Yin, R. K. (2014). *Case Study Research Design and Methods*. 5ª edição. Thousand Oaks, CA. Sage

Young, E. J. (1993). *The Texture of Memory: Holocaust Memorials and Meaning*. Yale University Press

ANEXOS

ANEXO 1

Exposições especiais e temporárias da Casa da História Europeia desde 2017 até Julho de 2023

De 5 de Maio de 2017 à 31 de Maio de 2018 “Interactions” – Sobre histórias de pessoas que se deslocam e se encontram, sobre ideias e mercadorias que viajam, sobre encontros e trocas, numa visão caleidoscópica da história cultural da Europa. A exposição permitia uma interação com os objetos através dos sentidos. O espaço introdutório da exposição dedicava-se a um experimento colaborativo de mapeamento digital “Tracking my Europe”. As contribuições online são possíveis de serem acedidas e ainda realizadas em: <http://www.myinteractions.eu/apps/heh-web-portal/>. Por meio das contribuições dos visitantes foi possível produzir uma cartografia única, após a resposta a um questionário, mapeando as conexões e preferências das pessoas, as suas conexões com os lugares no mundo e com a Europa.

De 1 de Março de 2019 à 29 de Fevereiro de 2020 “Restless youth” – Como foi crescer na Europa de 1945 até agora? A exposição analisou quatro gerações dos jovens que atingiram a maioridade em momentos importantes da história europeia, nomeadamente, o final dos anos 1940, os anos 1960, os anos 1980 e os anos 2000. Explora as principais experiências da juventude, da educação e do emprego. O foco na juventude lembra também a juventude como um período passageiro, mas que raramente é esquecido.

De 1 de Junho de 2020 à 31 de Outubro de 2021 “Fake for real” – Lembra a quantidade atual de (des)informação, mas o coloca como um problema antigo. A exposição que coloca um Cavalo de Tróia como imagem de divulgação, mostra como a história está repleta de inúmeros exemplos de falsos disfarçados de reais. O arquétipo mitológico do engano que se relaciona com o Cavalo de Tróia, liga simbolicamente a história antiga a problemas muito contemporâneos do mundo dominado pela internet.

De 1 de Maio de 2020 à 31 de Agosto de 2020 “History in the Making: documenting Covid” – Essa exposição promete uma documentação da pandemia a nível pan-europeu. No início de 2020, a Casa da História Europeia iniciou um projeto de recolha de evidências da vida na Europa durante a pandemia de COVID19, centrado nos fenómenos de solidariedade, esperança e construção de comunidades. Os objetos recolhidos pelo acervo, uma seleção deles, foi exposta na “Sala das Fábulas” do museu de junho a dezembro de 2020.

De 15 de Junho de 2020 à 31 de Agosto de 2021 “Covid Makes History” – Uma plataforma entre museus da Europa que recolheu provas da vida na Europa durante a pandemia sob o título provisório “Documentar a Covid”, permitiu o registo de diversas ações, de solidariedade, esperança e construção de comunidades em diferentes museus europeus, além da Casa da História Europeia.

De 8 de Setembro de 2021 à 30 de Setembro de 2022 “Rail Recollections” – Uma ação de coleta online pan-europeia sobre experiências ferroviárias formativas em todo o continente. Com a celebração em 2021 do Ano Europeu Ferroviário, o programa EUROPALIA “*Trains & Tracks*” explorará o impacto do trem de perspectivas artísticas e sociais. Nesse sentido, a Casa da História Europeia para contribuir com o programa lançou uma coleção online pan-europeia de histórias pessoais sobre viagens de trem através das fronteiras nacionais como uma experiência europeia formativa comum.

De 30 de Abril de 2022 à 13 de Novembro de 2022 “When Walls Talk!” – Os cartazes, a promoção, a propaganda e protesto. Explora os cartazes como efêmeros, produzidos para um momento específico, mas muitos elementos são reciclados e ressoam na memória cultural hoje. Da propaganda das Guerras Mundiais e da Guerra Fria à explosão do intercâmbio cultural, do turismo e da emergência de movimentos sociais multifacetados após a Segunda Guerra Mundial, as camadas complexas da divisão e unidade europeias são reveladas através de uma seleção de cartazes da coleção da Casa da História Europeia. O dia de abertura ao público contou com uma performance de desenho do artista, escritor e cartunista Dan Perjovschi, uma oficina criativa para os visitantes criarem seu próprio pôster sobre um tema que consideram importante para a Europa e visitas guiadas nas galerias da exposição temporária. A nível do serviço educativo, promoveram um workshop “As paredes falam...e tu, o que tens a dizer?” nas escolas primárias sobre os marcos da história europeia. Os alunos do ensino secundário a possibilidade de conhecer a História da Europa através de cartazes sobre direitos humanos, migrações, eleições europeias, conflitos, mas também eventos culturais e desportivos.

De 18 de Fevereiro de 2023 à 14 de Janeiro de 2024 “Throwaway” – A história de uma crise moderna é um projeto que mostra a história oculta do lixo na Europa, ao mesmo tempo em que destaca sua importância como marcador de mudança social. Começando com a revolução industrial, “Throwaway” apresenta a escassez do tempo de guerra, o aumento do consumismo do pós-guerra e termina com a insuperável crise de resíduos de hoje. Destaca as profundas mudanças na forma como lidamos com o lixo nos últimos anos e na maneira como pensamos ou não pensamos sobre o lixo. O projeto engloba uma exposição em Bruxelas, uma plataforma digital (<https://throwaway-history.eu/en>), uma publicação e um programa de atividades. A oferta educativa que acompanha a exposição contempla visitas guiadas, workshops escolares, eventos festivos e académicos sobre a temática dos resíduos.

ANEXO 2

Exposições especiais e temporárias do Museu do Aljube desde 2015 até Julho de 2023

Em 2015 “Direito à manifestação” – Em Portugal, a constituição liberal de 1822 reconheceu a “livre comunicação dos pensamentos”, mas só com a constituição de 1838 foram consagrados direitos fundamentais como a liberdade de associação, a liberdade de reunião e o direito de resistência. Com a massificação da participação política e o aparecimento de partidos de massas, nos finais do século XIX, trouxeram o exercício do direito de manifestação para a primeira linha. A constituição republicana de 1911 acolheu o princípio da liberdade do direito de reunião e associação, entretanto o determino de leis especiais regularizavam a forma e condições do seu exercício. Em 1926, a emergência da ditadura militar agravou as restrições ao direito de reunião. Após a aprovação da Constituição de 1933, o governo de Salazar publicou o decreto-lei nº 22468, de 11 de Abril, que determinou que o direito de reunião não poderia ser exercido. A proibição legislativa das manifestações terminou na sequência do golpe militar de 25 de Abril de 1974.

Em 2016 “A imprensa clandestina e do exílio no período 1926-1974” – Exposição conjunta do Museu do Aljube Resistência e Liberdade com a Universidade do Minho, a Fundação Mário Soares e o Arquivo de António Ventura. Curadoria de José Manuel Lopes Cordeiro.

De 25 de Abril a 31 de Outubro de 2017 “Meus Caros Amigos – Augusto Boal – Cartas do Exílio” – Augusto Boal viveu em Lisboa entre 1976 e 1978 e dirigiu o teatro “A Barraca”, lugar que deixou inúmeros discípulos e uma memória viva de várias formas experimentais de teatro. Boal foi um dramaturgo de renome internacional e lembra-nos o exílio em Lisboa e depois sua tortura pela polícia brasileira em 1971. Paralelamente à exposição desenvolveu-se “As Mulheres de Atenas”, no dia 20 de Junho de 2017”, que a partir do texto de Augusto Boal houve uma encenação de teatro pelo grupo MOB e, também, “Conversas sobre Boal” com Cecília Boal, Maria do Céu Guerra, Sérgio de Carvalho, Francisco Fanhais, José Soeiro e outros.

De 2 de Janeiro a 28 de Fevereiro de 2018 “Alípio de Freitas – Muitas Vidas Numa Só” – Exposição com curadoria da associação José Afonso.

De 3 a 30 de Maio de 2018 “Maio de 68 – 50 anos depois” – A exposição apresentou o debate sobre o Maio de 68 e colocou questões como: foi uma revolução ou ilusão? Revolta juvenil contra uma Europa cinzenta, onde os chamados “anos dourados” do capitalismo abriam a porta ao consumismo irracional, ou irrupção de todo um imaginário subversivo, pleno de criatividade e de fantasia, libertário na sua essência? Outros acontecimentos marcaram a época, como a primavera de Praga, manifestações contra a intervenção militar no Vietname, operários e estudantes italianos nas ruas. E 50 anos depois o que ficou? A abertura da exposição contou com o debate “Os Portugueses e o Maio de 68” que foi desenvolvido por José Pacheco Pereira, Fernando Pereira Marques, Vasco de Castro e Aires Rodrigues. As imagens do filme *Le Charme Discret de la Democratie Bourgeoise* (1974) iniciou o debate. Além disso, exibiram um ciclo de cinema com comentário de Fernando Pereira Marques.

De 25 de Abril a 30 de Setembro de 2018 “José Dias Coelho – Artista Militante Revolucionário” – Uma exposição em colaboração com o Museu do Neorrealismo de Vila Franca de Xira. José Dias Coelho foi artista plástico e funcionário do Partido Comunista Português (PCP) e tinha 38 anos quando em 1961 uma brigada da PIDE o assassinou a tiro na antiga rua da Creche, que hoje leva o seu nome, em Alcântara. A qualidade dos seus desenhos e a expressividade das caricaturas que fazia de colegas e professores era notado já com 13 anos.

De 18 de Outubro de 2018 a 28 de Abril de 2019 “Tarrafal Nunca mais!” – Sobre o campo de concentração do Tarrafal, entre a história dolorosa de centenas de prisioneiros acusados de delito de opinião e torturados até à morte e o presente de uma memória de resistência que tem corrido o risco do esquecimento. A exposição mostra ainda uma reportagem fotográfica de António Cotrim realizada em 2012 e uma abordagem histórica ao Campo do Tarrafal. Desenvolveu-se ainda o ciclo de cinema – Tarrafal, 4 filmes e 4 realizadores.

De 1 a 30 de Maio de 2019 “Manuel Brito – Campanha de Dinamização do MFA” – As Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica do MFA, anunciadas em Outubro de 1974, tinham por objetivo primordial “colocar as Forças Armadas ao serviço de um projeto de desenvolvimento do povo português”, destinando-se ainda a “preencher o vácuo cultural e de informação política existente em todo o País”. Exposição composta por um conjunto de fotografias da Operação Guarda e Norte Nordeste, realizadas no âmbito das Campanhas de Dinamização Cultural do MFA.

De 11 de Maio a 29 de Setembro de 2019 “the portuguese prison photo project” – Um projeto expositivo que cruzou os olhares diferentes de dois fotógrafos sobre sete prisões portuguesas

contemporâneas. Luís Barbosa (Prémio SPA 2018) e Peter Schulthess retrataram as prisões portuguesas, da mais antiga, criada em 1880, à mais moderna, aberta em 2004.

De 18 de Outubro de 2019 a 30 de Agosto de 2020 “Jaime Cortesão – Cidadão, Patriota, Resistente” – Contou com visitas orientadas e um colóquio que acompanhou a exposição com o mesmo nome que procurou refletir sobre a dimensão política e de resistente de Jaime Cortesão em diálogo com a sua matriz cultural, forjada, sobretudo, na revista *Seara Nova* e no republicanismo radical.

De 19 de Setembro a 1 de Novembro de 2020 “Emídio Guerreiro 120 anos do nascimento. Vimeirense, cidadão universal” – Exposição inaugurada na Associação de Socorros Mútuos Vimeirense (ASMAV) em Guimarães a 6 de Setembro de 2019, nos 120 anos do nascimento de Emídio Guerreiro. Retrata, numa narrativa simples e dirigida ao grande, público, a vida de um lutador pela liberdade, desde o período republicano até ao 25 de Abril de 1974.

De 12 de Novembro de 2020 a 31 de Janeiro de 2021 “Os Olhos da Memória, de Armindo Cardoso” – Armindo Cardoso nasceu em 1943 no Porto. Ligado desde cedo ao cineclubismo e ao teatro experimental do Porto, aos 16 anos militante da frente Patriótica, desenvolve atividade clandestina e é preso por atividades “contra a segurança do estado”. Preso e torturado durante alguns meses no Porto, cumprirá o serviço militar na companhia disciplinar de Penamacor. Fugindo à guerra colonial, sai de Portugal a salto, rumo a Paris, onde desenvolveu atividade cultural junto da emigração portuguesa na bidonville e nas fábricas. Dedicou-se profissionalmente à fotografia, acompanha os acontecimentos do Maio de 68 e casa com uma mulher chilena, país para onde irá em 1969 e trabalhará como fotógrafo, de forma próxima com o Governo de Unidade Popular de Salvador Allende. No Chile, com o golpe de 11 de Setembro de 1973 de Pinochet, Armindo foi alvo de um mandado de captura por parte da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA). Refugiou-se durante três meses na embaixada da Venezuela e regressa a França com o estatuto de refugiado político. Uma vez regressado à Portugal, realizou fotografias de operários, agricultores, corticeiros, mineiros, pescadores, manifestações e reuniões de trabalhadores, mas também rostos de intelectuais e artistas.

De 8 de Abril a 7 de Julho de 2021 “8998, Pomar” – Exposição conjunta do Atelier-Museu Júlio Pomar e o Museu do Aljube Resistência e Liberdade. Apresentação de diferentes núcleos de desenho, gravura e pintura, mas também documentos alusivos a obras e episódios de censura que remetem para o período de clausura, e de perseguição pela PIDE ao pintor Júlio Pomar. O pintor foi o preso n.º 8998 do Registo Geral de Presos da PIDE, e que esteve preso em Caxias, entre Março e Agosto de 1947, devido à sua participação em ações de resistência ao regime.

De 6 de Maio a 31 de Dezembro de 2021 “Mulheres e resistência – Novas Cartas Portuguesas e outras lutas” – Um livro por 3 mulheres, decidido em Maio de 1971 e publicado um ano depois, com a primeira edição recolhida e destruída pela Censura três dias após o seu lançamento. Nos 50 anos da escrita das Novas Cartas Portuguesas, obra de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, as Três Marias que receberam um processo por sua escrita e constitui atualmente um marco da luta das mulheres pelos seus direitos. Paralelamente à exposição desenvolveu-se uma programação com sessões de conversa, cine debates, teatro, música, itinerários pelas ruas de Lisboa e visitas.

De 22 de Julho a 31 de Dezembro de 2021 “Augusta Conchiglia nos Trilhos da Frente Leste – Imagens (e Sons) da Luta de Libertação em Angola” – Augusta Conchiglia em Abril de 1968 entrou clandestinamente em Angola para com o realizador Stefano de Stefani, reportar a luta de libertação em curso. Conchiglia tirou milhares de fotografias e recolheu canções, dramatizações, discursos, interrogatórios a prisioneiros portugueses. Usadas por Sarah Maldoror e William Klein, as imagens de Conchiglia – que nem sempre lhe são creditadas – tornaram-se iconográficas da luta de libertação contra o colonialismo português.

De 13 de Janeiro a 3 de Abril de 2022 “A Guerra Guardada” – Fotografias de Soldados Portugueses em Angola, Guiné e Moçambique (1961-74). Nos anos da guerra, milhares de jovens recrutados para Angola, Guiné-Bissau e Moçambique tiraram fotografias daquilo que os rodeava e tais imagens escaparam à censura do regime, e foram guardadas ou enviadas pelo correio como provas de vida à distância. A exposição explorou coleções pessoais de homens que em tempos foram soldados. A maioria foi recolhida através de entrevistas presenciais no quadro de uma investigação etnográfica em curso no ICS-ULisboa. Sendo as restantes publicadas em diversos locais e arquivos da internet. Complementando a exposição desenvolveu-se uma versão abreviada de um espetáculo de teatro, duas sessões de cinema, visita orientada e conversas com convidados.

De 20 de Janeiro a 12 de Junho de 2022 “Ato (DES)colonial” – Sobre os diversos processos de resistência ao colonialismo português entre 1926 e 1974. O objetivo expositivo foi contribuir para o questionamento da herança colonial no país, em particular durante o período da ditadura, e para a valorização das experiências de resistência anticolonial enquanto processos determinantes para a autodeterminação e independência dos povos africanos, mas igualmente essenciais para o derrube do fascismo em Portugal. Exposição temporária com programação paralela que inclui um ciclo de cinema, conversas e visitas orientadas.

De 28 de Junho de 2022 a 29 de Janeiro de 2023 “Adeus Pátria e Família” – Sobre as dinâmicas e tensões entre a repressão e as resistências de diversidade sexual e de género durante a ditadura e após a Revolução. Exposição temporária com uma programação de ciclo de conversas, de cinema, teatro e visitas orientadas pelas curadoras Rita Rato e Joana Alves, pelo arquiteto da exposição Ricardo Carvalho e pela ILGA-Portugal com Gonçalo Aguiar.

De 6 de Julho a 30 de Setembro de 2022 “A Sagrada Poesia da Esperança” – Com obras de Dília Fraguito Samarth e curadoria de Manuel L. Dias dos Santos. Samarth visava fixar na contemporaneidade mensagens que continuam válidas para a humanidade, através da arte.

De 23 de Fevereiro a 31 de Março de 2023 “Terra (IN)submissa” – Uma exposição de vídeo-instalação artística de Bruno Moraes Cabral e Kiluanji Kia Henda sobre a privação de liberdade mais extrema da época colonial e, ao mesmo tempo, a ficção como o derradeiro espaço de resistência. Sobre os relatórios oficiais inéditos sobre os estabelecimentos prisionais portugueses em Angola e Moçambique que revelaram condições de detenção humana.

De 13 de Abril a 30 de Setembro de 2023 “Revoluções: Guiné-Bissau, Angola e Portugal (1969- 1974) – fotografias de Uliano Lucas” – Apresenta 56 fotos sendo algumas inéditas e outras publicadas em Itália em catálogos fotográficos na década de 1970 ou em revistas e jornais europeus da época. Realizado conjuntamente com a EGEAC, o Instituto Italiano de Cultura de Lisboa, a Universidade de Milão, o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, a Cátedra António Lobo Antunes, a Edições do Saguão e o Arquivo Uliano Lucas. Uma exposição dividida em três partes e que correspondem a três territórios fotografados por Uliano Lucas entre 1969-1974.

De 20 de Abril a 31 de Dezembro de 2023 “A Artista saiu à rua” – Exposição com as fotografias feitas por Ana Hatherly no dia 25 de Abril de 1974. Na sequência do golpe militar, Ana Hatherly assim como outras pessoas não seguiu as recomendações emitidas pelo MFA no dia 25 de Abril de 1975 para permanecerem em casa e saiu à rua para comemorar o fim da ditadura. O resultado foram as fotografias que registam o estado das pessoas, o pulsar, a surpresa, a alegria e a celebração da liberdade.

ANEXO 3

Exposições especiais e temporárias da Topografia do Terror desde Outubro de 2010 até Julho de 2023

De 20 de Outubro de 2010 a 27 de Fevereiro de 2011 “From the Sachsenburg to Sachsenhausen” – Exposição da Fundação Memorial de Brandemburgo e Memorial e Museu de Sachsenhausen com fotos do álbum de fotografias de um comandante de campos de concentração que documenta sua carreira na SS de Maio de 1933 a meados de 1937. O álbum de fotografias pertencia ao SS-*Obersturmführer* Karl Otto Koch que foi encontrado no arquivo do serviço secreto russo em Moscou (Rússia). Koch assumiu a liderança do campo de concentração de Sachsenhausen e anteriormente serviu como comandante em outros campos de concentração.

De 6 de Abril a 18 de Setembro de 2011 “Facing Justice – Adolf Eichmann on Trial” – Uma exposição conjunta da Fundação Topografia do Terror, da Fundação Memorial aos Judeus Assassinados da Europa e do Memorial e da Casa da Conferência Wannsee – um memorial e local educacional. Em abril de 1961 o Tribunal Distrital de Jerusalém abriu um processo contra Adolf Eichmann que desempenhou funções como SS-*Obersturmbannführer* e chefe da seção IV B4 para assuntos judaicos. O julgamento se tornou um grande evento de mídia, porém não foi apenas um único perpetrador do Holocausto que foi levado aos olhos do público. Pela primeira vez, as descrições das vítimas receberam atenção em todo o mundo. Em Jerusalém, a era das testemunhas contemporâneas havia despontado. O comparecimento de Eichmann perante o tribunal também desencadeou discussões sobre a culpa e a responsabilidade de indivíduos dentro do sistema nazista. A exposição foi concebida a partir do filme original do tribunal e dedicada a dois aspetos do julgamento: o depoimento de testemunhas e a estratégia do perpetrador.

De 25 de Outubro de 2011 a 8 de Janeiro de 2012 “In Plain Sight” – Com 42 fotografias do arquivo da cidade de *Lörrach* de 1940 apresentou a deportação dos judeus em *Lörrach* em 22 de Outubro de 1940 e do leilão de seus bens domésticos algumas semanas após esse crime público, apresentou um documento visual devastador desses eventos. Os negativos originais de ambas as séries, que foram tirados por um policial, sobreviveram. A escassez de registos escritos desses eventos confere particular importância às fontes visuais, embora reflitam a perspectiva dos perpetradores que encomendaram as fotos. Apresentam a noção da atmosfera desses eventos, iluminando facetas da história social desse crime nazista. As imagens dos rostos dos perpetradores e os que estiveram envolvidos ao lado dos

perpetradores também demonstraram que esse crime foi, em parte, cometido publicamente, à vista de inúmeros espectadores.

De 18 de Janeiro a 20 de Maio de 2012 “In memory of children” – Uma exposição da Sociedade Alemã de Pediatria e Medicina do Adolescente sobre pediatras e crimes contra crianças no período nazista. Após o início do extermínio sistemático de deficientes físicos e mentais em 1939/1940, a exposição recorda este acontecimento, o programa de eutanásia infantil durante o período nazista. Sob esse programa, crimes médicos foram perpetrados contra pessoas doentes e deficientes na Alemanha, incluindo crianças e adolescentes, com base na ideologia racial nazista. Até 1945, mais de 10.000 deles foram vítimas de vários programas como o referido.

De 19 de Junho a 25 de Novembro de 2012 “*Wilhelmstraße* 1933-1945” – Uma exposição sobre a ascensão e queda do bairro do governo nazista. *Wilhelmstraße* e seus arredores se tornaram o centro da política alemã a partir do final do século XIX com todos os principais ministérios do governo e suas sedes, o seu nome tornou-se uma referência direta para o governo alemão. Após a nomeação de Hitler como chanceler do Reich em 30 de Janeiro de 1933, os nazistas se mudaram para o bairro do governo.

De 22 de Maio a 22 de Outubro de 2013 “Between the Lines?” – A imprensa como instrumento do poder nazista. A Fundação Topografia do Terror, localizada no local que já abrigou a redação do jornal nazista “O Ataque” (*Der Angriff*), apresentou a primeira exposição sobre a mídia impressa durante o regime nazista. Reuniu as bases da imprensa repressiva e sua influência no desenvolvimento do cenário da imprensa alemã. Treze jornais selecionados e retratos de jornalistas ilustraram as diferentes estratégias jornalísticas seguidas pelos jornais e a liberdade de ação e pensamento que estava disponível para editores, jornalistas e leitores. Com os dois capítulos exemplares do Congresso do Partido do Reich em 1935 e o discurso de Goebbels no Palácio dos Esportes em 1943 forneceram uma comparação das reportagens em jornais e revistas, bem como no rádio e nos cinejornais semanais.

De 8 de Novembro de 2013 a 2 de Março de 2014 “Fire!” – 75 anos depois dos “*Pogroms*” em Novembro de 1938 as fundações Memorial aos Judeus Assassinados da Europa, a Topografia do Terror e a Nova Sinagoga de Berlim - *Centrum Judaicum* revisaram e ampliaram a exposição “Fogo!”, pela primeira vez exibida em 2008, pelo 75º aniversário dos *pogroms* em Novembro de 1938. A exposição descreveu a intensificação da perseguição aos judeus no Terceiro Reich a partir de Junho de 1938 nas comunidades judaicas, principalmente em Berlim, mas também em muitas áreas rurais. Uma nova seção detalhou o que aconteceu com as sinagogas ou suas ruínas depois de 1938. Como exemplos

estão 26 locais na Alemanha Oriental, Ocidental e unificada, na Áustria, República Tcheca e França, além dos antigos territórios alemães que são agora parte da Polónia e da Federação Russa.

De 26 de Março a 20 de Julho de 2014 “Registered, Persecuted, Annihilated” – Sobre os doentes e deficientes sob o nacional-socialismo. A Associação Alemã de Psiquiatria, Psicoterapia e Psicossomática em cooperação com a Fundação Memorial aos Judeus Assassinados da Europa e a Fundação Topografia do Terror apresentaram como as políticas de perseguição nazista também eram direcionadas às pessoas doentes ou deficientes, considerados como um fardo para a nação alemã. A partir de 1934 até 400.000 pessoas foram esterilizadas contra sua vontade e mais de 200.000 foram assassinadas em hospitais psiquiátricos e instituições. A exposição reuniu a história da exclusão, esterilização forçada e assassinato em massa e explora as vítimas, perpetradores, cúmplices e opositores. O modo como esses eventos foram abordados desde 1945 e as biografias foram apresentadas também ao longo da exposição.

De 13 de Agosto a 16 de Novembro de 2014 “Hans Bayer – War correspondent in the Second World War” – Depois de 1945, Hans Bayer tornou-se publicamente conhecido como uma figura literária, jornalista e célebre poeta da Suábia sob o nome de Thaddäus Troll, que escondeu o facto de que como membro da unidade de propaganda da Wehrmacht, entre 1941 e 1945, fez reportagens da Polónia ocupada e cobriu a campanha contra a União Soviética. A exposição retratou as experiências de guerra de Hans Bayer e fornece informações sobre os relatórios que ele escreveu, além de revelar como o escritor, que fez muito sucesso depois de 1945, nunca falou sobre seu tempo de guerra e foi influenciado por sua experiência como repórter de guerra.

De 13 de Janeiro a 28 de Março de 2016 “The Face of the Ghetto” – Fotos tiradas por fotógrafos judeus no gueto de Litzmannstadt de 1940-1944. Alguns fotógrafos judeus, contratados pelo Conselho Judaico de Litzmannstadt, tiraram milhares de fotos de quase todos os aspetos da vida no gueto. Quase 12.000 impressões de contato sobreviveram e estão atualmente no arquivo do estado de Lodz. Cinquenta fotografias em grande escala do Gueto de Litzmannstadt – nome dado a Lodz pelos ocupantes alemães em 1940 – são mostradas na exposição. A exposição acompanhou depoimentos de ex-residentes do gueto e entradas da crônica do gueto. Uma breve visão geral da história do gueto, uma descrição da fotografia como fonte histórica e informações sobre os fotógrafos forneceram uma introdução à exposição.

De 13 de Abril a 28 de Agosto de 2016 “March Formations” – O local do comício do Partido Nazista em Nuremberga. Os edifícios e projetos do antigo Centro de Reuniões do Partido Nazista em Nuremberga

pertencem à propaganda arquitetônica mais conhecida da era nazista que visavam despertar emoções, usadas depois para fins políticos e ideológicos. A exposição investigou os meios arquitetônicos e os eventos extensos que ajudaram a alcançar esse nível emocional. Fotografias históricas, planos de marcha e modelos arquitetônicos reconstruíram temporal e espacialmente os rituais de massa organizados pelos militares. O centro visual da exposição foi formado por uma grande maquete urbana representando o Campo de Reuniões do Partido Nazista com projeto do arquiteto Albert Speer.

De 28 de Setembro de 2016 a 17 de Março de 2017 “Mass Shootings” – Uma exposição conjunta da Fundação Topografia do Terror e da Fundação Memorial aos Judeus Assassinados da Europa. O Holocausto do Báltico ao Mar Negro de 1941-1944 que membros da SS e *Wehrmacht*, a polícia alemã e forças voluntárias locais, assassinaram mais de dois milhões de judeus, 30.000 ciganos e 17.000 pacientes psiquiátricos na União Soviética. A exposição utilizou documentos históricos e fotografias para descrever a história deste assassinato em massa e as formas como ele foi enfrentado desde 1945. A extensão total dos assassinatos pode ser visualizada com o auxílio de um mapa que indicava o local onde ocorreram. Os visitantes podiam ler e ouvir relatos detalhados do que aconteceu em cidades como Kiev e Riga. Seguiu-se a explicação dos estágios que levaram à destruição das comunidades judaicas e a intervenção entre a liderança nacional-socialista em Berlim e funcionários baseados na Europa Oriental ocupada. A exposição estimulou considerar os eventos do ponto de vista das pessoas perseguidas com uma série de fotos dos sobreviventes acompanhadas por entrevistas.

De 15 de Novembro de 2016 a 19 de Fevereiro de 2017 “Stumbling Stones” – Uma exposição itinerante do Centro de Coordenação *Stolpersteine* de Berlim. O projeto *Stolpersteine* (pedras de tropeço) do artista Gunter Demnig que buscou homenagear as pessoas que foram perseguidas pelos nazistas entre 1933 e 1945, como os judeus, pessoas da resistência política ou religiosa, vítimas da eutanásia, assassinatos, pessoas homossexuais, testemunhas de Jeová e pessoas perseguidas por serem declaradas como antissociais. A exposição apresentou blocos de concreto que mediam 10x10cm e foram colocados na calçada em frente aos últimos locais de residência escolhidos voluntariamente pelas vítimas do nazismo. Seus nomes e destino estavam gravados em uma placa de latão no topo de cada *Stolperstein* que fazem parte da imagem urbana de Berlim.

De 28 de Abril a 5 de Novembro de 2017 “Luther’s words are every-where...” – A presença de Martinho Lutero na Alemanha nazista. Uma exposição conjunta da Fundação Topografia do Terror e do Centro Memorial da Resistência Alemã. Qual era a posição dos nazistas sobre a religião e a igreja e especificamente sobre Martinho Lutero? Como os cristãos na Alemanha durante o período nazista

lidaram com o reformador e seu “legado”? E como evoluiu a relação entre igreja e Estado durante esses doze anos? Essas questões foram exploradas na exposição.

De 29 de Novembro de 2017 a 8 de Abril de 2018 “Serving Racial Politics” – Fotografias de propaganda sobre as instituições do ministro do Reich, entre 1933 e 1942, de Richard Walther Darré. Uma exposição preparada pelo *Photoinstitut Bonartes* em cooperação com a Fundação Topografia do Terror. De acordo com Darré, o ministro da alimentação e agricultura do Reich, era a população rural que detinha o futuro “racial” do Volk alemão. Em várias publicações ele propagou a ideologia do sangue e da terra que colocava os camponeses em seu centro, considerando-os adequados para a reprodução “apropriada à espécie”. Darré fundou a *Reich School Burg Neuhaus* para popularizar esse seu conceito. Darré contratou a fotógrafa vienense Anna Koppitz e o fotógrafo esportivo berlinense Hanns Spudich para tirar fotos dos estagiários da Escola do Reich que ele usou para ilustrar um número infinito de publicações de propaganda. A exposição explora o uso dessas imagens em livros, jornais e revistas da época publicadas por Darré. A apresentação expositiva permitiu explorar como um ideólogo nazista usou a fotografia como um instrumento para sustentar e disseminar suas teses.

De 7 de Março a 11 de Abril de 2018 “The Descent into Darkness. The Year 1938” – Uma exposição da Conferência Permanente para Diretores de Locais de Memória Nacional Socialista na área de Berlim. A exposição abordou a questão de 1938 que marcou o auge da violência e do terror que acompanharam o regime nacional-socialista desde o seu início em 1933. A anexação da Áustria em Março de 1938 e a divisão da Checoslováquia a partir daquele Outono, a Alemanha nazista começou a destruir as fronteiras estabelecidas como resultado da Primeira Guerra Mundial. A “Operação Workshy” durante o Verão, a expulsão de milhares de judeus poloneses em Outubro e a violência organizada pelo Estado por volta de 9 de Novembro de 1938, anunciaram uma nova fase na política nacional-socialista contra os judeus e qualquer pessoa que não pertencesse à “*Volksgemeinschaft*” (comunidade nacional). A invasão alemã da Polónia em 1 de Setembro do ano seguinte desencadeou a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

De Abril a Outubro de 2018 “Berlin 1933” – Para marcar o 85º aniversário da “tomada de poder” pelos nazistas, a Fundação Topografia do Terror apresentou a exposição temporária “Berlin 1933 – O caminho para a ditadura” que esteve em exibição ainda em 2013 para o 80º aniversário. Em fotos e documentos, destacou as principais etapas do estabelecimento do domínio nazista durante os primeiros seis meses do Terceiro Reich no cenário histórico de Berlim. Além de explorar o destino das primeiras vítimas do terror nazista em Berlim. O número de oponentes políticos e outros assassinatos pelos nazistas em 1933 foi pesquisado inadequadamente até o momento então biografias

representativas e uma compilação dos nomes das primeiras vítimas do terror nazista em Berlim com breves dados biográficos espaciais e temáticos constituíram o núcleo da apresentação.

De 25 de Abril a 21 de Outubro de 2018 “The People’s Court 1934-1945” – O Tribunal Popular foi criado pelos nazistas em 1934 para combater os “inimigos do Estado”. Com o novo supremo tribunal político que julgou mais 16.700 pessoas até o final da Segunda Guerra Mundial. De 1942 em diante, metade de todos os réus receberam a sentença de morte. A exposição descreveu o estabelecimento e a organização do Tribunal, ilustrou sua prática de julgamento com exemplos individuais e discutiu como os ex-funcionários do Tribunal foram tratados depois de 1945.

De 4 de Julho a 28 de Agosto de 2018 “*Aktion Reinhardt*” – Uma exposição sobre a chegada ao Gueto e a partida para o desconhecido. “*Aktion Reinhardt*” era o codinome da SS para o planejado assassinato em massa dos judeus poloneses. O assassinato em massa ocorreu nos campos de extermínio *Belzec*, *Sobibór* e *Treblinka* entre a primavera de 1942 e o Outono de 1943. Até 1.9 milhão de judeus da Polónia e de outras partes da Europa, bem como numerosos ciganos e romnija foram assassinados. A exposição foi criada em 2013 pelo *State Museum Majdanek* por ocasião do 70º aniversário da “*Aktion Reinhardt*”.

De 7 de Novembro de 2018 a 10 de Março de 2019 “*Kristallnacht*” – Uma exposição conjunta do Memorial das Fundações aos Judeus Assassinados da Europa e a Topografia do Terror sobre o terror antijudaico de 1938. Oitenta anos depois que o Estado alemão e o Partido Nazista lançaram uma campanha de terror contra os judeus em Novembro de 1938, a exposição “*Kristallnacht*” retrata os eventos daquela época. A mostra abordou dois tópicos principais: primeiro, uma série de fotos históricas de seis locais que destacam crimes específicos – o incêndio de sinagogas, quebra de vitrines e destruição de objetos religiosos e humilhação e detenção de judeus – e, por outro lado, pela primeira vez, as diferentes formas como esses ataques antijudaicos, ou *pogroms*, têm sido lembrados desde 1945. A escolha do título “*Kristallnacht*” sinaliza a ênfase da exposição na história comemorativa.

De 26 de Julho a 15 de Outubro de 2019 “*Warsaw Rising 1944*” – Renascimento da exposição por ocasião do 75º aniversário da Insurreição de Varsóvia. A revolta de Varsóvia que começou em 1º de Agosto de 1944 foi o foco da exposição. O Exército Nacional Polonês, apoiado por outros grupos clandestinos e pela população civil, levantou-se contra a ocupação alemã. A revolta durou 63 dias antes de ser reprimida de forma conclusiva pela SS. Quase 200.000 poloneses foram mortos durante o levante, muitos deles civis. Cerca de 150.000 pessoas foram transportadas para trabalhos forçados no Reich alemão ou para campos de concentração e cerca de 350.00 “reassentados” dentro do Governo

Geral. Após a expulsão dos habitantes de Varsóvia, grupos alemães destruíram amplas áreas da capital polonesa. A exposição criada por ocasião do 70º aniversário do levante pelo *Muzeum Powstania Warszawskiego* (Varsóvia), foi exibida pela primeira vez em 2014 no Centro de Documentação da Topografia do Terror.

De 3 de Abril a 8 de Outubro de 2019 “The Reich Ministry of Labour 1933-1945” – A exposição mostrou até que ponto o Ministério do Trabalho do Reich apoiou a ditadura nazista. Retratado até aquele momento como pouco influente, o ministério participou da discriminação contra setores específicos da população e desempenhou um papel importante na organização da implantação do trabalho forçado. O impacto da política de trabalho e bem-estar nas pessoas dentro do Reich alemão e nos territórios ocupados pelos alemães é ilustrado por meio de estudos de caso. Biografias de funcionários públicos que trabalhavam no Ministério do Trabalho do Reich destacam seu escopo individual de ação durante o período nazista. A exposição baseou-se nas descobertas da Comissão Independente de Historiadores criada em 2013 para pesquisar a história do Ministério do Trabalho do Reich durante a era nazista.

De 30 de Outubro de 2019 a 12 de Março de 2020 “The Persecution of the Jews in Photographs” – Sobre a Holanda de 1940-1945 foi a primeira exposição sobre a perseguição aos judeus durante a ocupação alemã da Holanda a se concentrar apenas em documentos fotográficos. Exposição desenvolvida pelo *Joods Cultureel Kwartier/ Nationaal Holocaust Museums* e pela Fundação Topografia do Terror. Quando a *Wehrmacht* invadiu a Holanda em Maio de 1940, havia 140.000 judeus vivendo no país. Os ocupantes alemães implementaram medidas antijudaicas cada vez mais duras. Ao todo, 107.000 homens, mulheres e crianças foram deportados para os campos de concentração e extermínio nazista. Pelo menos 102.000 deles foram assassinados pelos SS ou sucumbiram às condições assassinas de trabalho e vida.

De 19 de Maio a 27 de Setembro de 2020 “Germany 1945 – The Last Months of the War” – Em Janeiro de 1945, com o fracasso da última grande ofensiva alemã nas Ardenas, a derrota da Alemanha na guerra iniciada em 1939 ficou clara. Porém, em vez de se render, o governo de Hitler continuou lutando na guerra e mobilizou todas as suas forças disponíveis e reservas. Nos meses caóticos finais da guerra, o povo vivia em permanente estado de tensão causado pela destruição e terror, confusão e medo do futuro. A exposição foi exibida pela primeira vez no Centro de Documentação da Topografia do Terror em 2015. Seguiu-se a sua apresentação novamente para marcar o 75º aniversário desde o fim da Segunda Guerra Mundial na Europa.

De 15 de Julho a 13 de Outubro de 2020 “Between Shade and Darkness” – Exposição sobre o destino dos judeus de Luxemburgo entre 1940 e 1945. Uma exposição do Museu Nacional da Resistência em *Esch-sur-Alzette*. A exposição examinou as redes que ajudaram muitos judeus a fugir do país até o verão de 1941, bem como a colaboração de Luxemburgo com as forças de ocupação alemãs. A primeira versão da exposição ocorreu em 2013 e em 2019 foi totalmente reformulada para refletir o estado atual da pesquisa, a nova versão, projetada como uma exposição itinerante internacional alemã-inglesa, apresentada pela primeira vez na Alemanha em 2019.

De 16 de Março a 29 de Agosto de 2021 “1940-1945. War and German Occupation in Northern and Western Europe” – Uma exposição da Conferência Permanente de Locais de Memória Nacional Socialista na área de Berlim. Em 1º de Setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polónia, desencadeando o início da Segunda Guerra Mundial. Em 9 de Abril de 1940, as tropas alemãs invadiram a Dinamarca e a Noruega. Posteriormente, eles varreram Luxemburgo, Bélgica, Holanda e, em meados de Junho, a França. No verão de 1940, a Luftwaffe (Força Aérea Alemã) começou a lançar bombardeios na Grã-Bretanha. Na primavera de 1941, as forças alemãs entraram na Grécia e na Iugoslávia. A invasão da União Soviética em 22 de Junho de 1941 continuou a guerra de aniquilação no Oriente. A exposição abordou os eventos na Noruega, Dinamarca, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, França e Grã-Bretanha, bem como a cultura de lembrança associada.

De 22 de Maio a 17 de Outubro de 2021 “Fritz Bauer. District Attorney. Prosecuting Nazi Crimes” – Uma exposição do Instituto Fritz Bauer em colaboração com o Museu Judaico de Frankfurt. Fritz Bauer foi um dos emigrantes judeus retornados mais importantes e legalmente influentes na Alemanha do pós-guerra. Como promotor distrital, ele iniciou importantes processos criminais contra perpetradores nazistas, em particular o julgamento de Auschwitz em Frankfurt, apesar de considerável oposição. Além de ter desempenhado um papel decisivo na captura de Adolf Eichmann, que foi levado a julgamento em Israel por seus crimes como ex-chefe da “Seção de Assuntos Judaicos” no Escritório Central de Segurança do Reich. A exposição documentou a história de vida de Fritz Bauer no contexto de eventos históricos mais amplos, usando exposições originais, gravações de som e filme. Judeu e social-democrata que, em 1930, se tornou o juiz distrital mais jovem da República de Weimar, foi perseguido no período nazista e tendo escapado da Alemanha, retornou apenas em 1949.

De 27 de Novembro de 2021 a 18 de Abril de 2022 “The Cold Eye” – Exposição conjunta da Fundação Topografia do Terror, da Fundação Memorial aos Judeus Assassinados da Europa e do Museu da História Natural de Viena sobre fotos finais de famílias judias do gueto de Tarnów. No final de 1941, dois estudiosos vienenses desenvolveram um projeto “para pesquisar judeus típicos da Europa

Oriental”. No mês de Março seguinte, usando o “olhar frio da ciência”, eles tiraram fotos de mais de cem famílias judias – 565 homens, mulheres e crianças – na cidade polonesa ocupada pelos alemães de Tarnów. Apenas 26 dessas pessoas conseguiram sobreviver ao Holocausto e recontar o que aconteceu. A exposição documenta o trabalho realizado pelos dois estudiosos, ao mesmo tempo em que retrata a vida dos judeus em Tarnów antes de 1939 e seu assassinato sob a ocupação alemã.

De 11 de Maio a 16 de Outubro de 2022 “Albert Speer in the Federal Republic” – Quando em Outubro de 1966, Albert Speer foi liberado de vinte anos de prisão para criminosos de guerra em Spandau, Berlim. Iniciou uma segunda carreira como testemunha célebre e aparentemente reformada da era nacional-socialista. Outrora um confidente próximo de Adolf Hitler, planejador-chefe de projetos de construção nacional-socialistas de grande escala e ministro de armamentos do Reich, ao ganhar a liberdade, ele apresentou com sucesso sua lenda ao público. Ele alegou que não sabia sobre os crimes nazistas e, seduzido pela aura de Hitler, se envolveu na guerra sem culpa própria. A exposição do Centro de Documentação Nazi Party Rally Grounds é a questão de por que a lenda de Speer encontrou tamanha ressonância na República Federal da Alemanha ao longo de tantas décadas, mesmo após muitas de suas histórias terem sido refutadas por pesquisas históricas.

De 1 a 28 de Março de 2023 “The Prelude to the Terror” – Uma exposição sobre os primeiros campos de concentração sob o nacional-socialismo. Os campos de concentração desempenharam um papel central na aplicação e segurança do domínio nazista. Apesar de conhecermos os grandes campos de concentração ou extermínio, como Buchenwald ou Auschwitz, mas poucos ouviram falar de pequenos e antigos, como Ahrensböck e Breitenau. Os primeiros campos de concentração foram montados nos primeiros meses da ditadura nazista e alguns fechados depois de algumas semanas ou meses. O regime nacional-socialista estava testando seus instrumentos de violência. A exposição forneceu informações sobre o papel e a função desses campos, concedeu uma visão do desenvolvimento posterior do sistema nazista, e finalmente, iluminou a história da memorialização dos primeiros campos. A exposição foi criada em um projeto colaborativo entre as instituições membros do grupo de trabalho “memoriais nos locais dos primeiros campos de concentração” e será apresentada em simultâneo em vários locais da Alemanha a partir do final do Fevereiro de 2023.

De 26 de Abril a 12 de Novembro de 2023 “A Special Kind of Police Custody” – Sobre a prisão doméstica da polícia secreta do Estado em Berlim de 1933-1945. No verão de 1933, a Gestapo montou sua própria prisão no recém-criado Escritório de Polícia Secreta do Estado. Ele estava localizado no porão da ala sul do prédio na Prinz-Albrecht-Strasse que originalmente foi construído como uma escola de artes e ofícios. Muitos dos prisioneiros detidos na prisão domiciliar eram perseguidos politicamente, de cujo interrogatório a Gestapo esperava obter uma visão especial. Entre esses indivíduos estavam

numerosas figuras da resistência alemã, bem como oponentes estrangeiros do regime nazista. Durante os interrogatórios, muitos prisioneiros foram torturados e alguns cometeram suicídio. Estima-se que vários milhares de presos foram mantidos na prisão domiciliar entre 1933 e 1945. A exposição ocorre no espaço de exposições especiais e também na área externa do centro de documentação da Topografia do Terror.

ANEXO 4

Transcrição da entrevista realizada com Christine Dupont²⁴

1. Podemos falar que esse museu colabora para a reconciliação de memórias conflituosas na sociedade?

Sim, acho que podemos dizer isso, mesmo que talvez não seja o objetivo principal do museu. Optámos por utilizar o termo memória, que é obviamente um fio condutor muito importante no nosso museu e em particular na nossa exposição permanente. E, portanto, realmente um elemento que o estrutura. O quadro narrativo, a história da história da Europa que temos, que propusemos e que muito rapidamente jogamos precisamente com essa ideia. Obviamente temos de fazer a diferença entre os objetivos políticos do projeto, já que é um projeto político lançado pelo Parlamento Europeu, pelo Presidente do Parlamento Europeu, com uma agenda política que obviamente visa em algum lugar a reconciliação ou em todo o caso na construção do projeto europeu. E o que temos feito como historiadores e profissionais de museus que tem a ambição de ter uma visão crítica sobre isso e não simplesmente traduzir uma agenda política nossa para a linguagem do museu. A partir do momento em que decidimos focar na história da Europa nos séculos XIX, XX e especialmente no século XX, fica claro que as memórias conflitantes, eles estão em todos os lugares e são um elemento essencial da nossa história. E então não podíamos deixar isso passar.

Em todo o caso, é importante responder a esta primeira pergunta, dizer que estas memórias partilhadas, finalmente estas memórias que juntam e dividem, estão no cerne do assunto que não

²⁴ Transcrição não literal.

temos evitado o tema e o apresentamos. Obviamente, há dois exemplos principais na exposição que são a memória da Shoah e a memória do comunismo, que são os dois temas sobre os quais realmente fizemos uma exibição de museu. A exposição permanente é um pouco o coração do museu, que é um pouco o nosso manifesto em termos de como abordamos a história da Europa, mas um museu não é apenas uma exposição permanente. Tem as exposições temporárias, tem toda a programação, toda a abordagem educativa que é feita pelo departamento educacional, e assim por diante. Portanto, devemos ir além da análise do museu a partir da única exposição permanente a meu ver.

2. Você acha que o museu deve ser um espaço de reconciliação? Se sim, segundo você como isso deve ser feito? Que tipos de mediação este museu oferece para ser um espaço de reconciliação? O que significa, no nível do plano museológico, no nível do conteúdo, apresentar a história em vista da reconciliação?

Acho que antes de passar para a reconciliação, devemos anotar esses diferentes pontos de vista ou essas memórias conflitantes ou explicar por que é assim. E acho isso importante, porque é uma forma de fazer um museu mais do que um espaço de reconciliação. Primeiro, um espaço de debate e discussão. Apresentar, portanto, é uma vertente particular do museu, mas que é obviamente essencial e que está no cerne da reflexão sobre o projeto europeu e a sua história. Então aí, o que chamamos em francês mais de construção europeia ou em inglês de integração europeia, esse projeto é um projeto, enfim também não é só, mas também é um projeto de reconciliação. E assim, deste ponto de vista, é obviamente um elemento essencial. E obviamente este museu, se eu voltar ao ponto de vista político, foi lançado para este fim. Bem, eu, como historiadora ou como curadora de museu e meus colegas, não podemos, bem, achamos que não seria interessante ter apenas isso e ter esta mensagem, esta mensagem europeia no centro, ou seja, esta mensagem europeia positiva. Não funcionaria e não seria crítico o suficiente e não seria suficientemente multi-perspectivo, etc. Então, nós obviamente fomos além desse lado unificador europeu tentando ter uma abordagem um pouco mais crítica, mas, é claro que não temos apenas isso. Apresentar o projeto europeu no seio do museu, que era absolutamente essencial, e apresentá-lo em parte como um projeto de reconciliação.

Acredito que o museu deve ser primeiro um espaço de debate, mas construtivo e não de debate antagônico que leva a mais divisões. Você fala sobre questões de polarização. Estamos em um mundo cada vez mais polarizado. Então, desse ponto de vista, sim, acho que o museu deveria ser um espaço de reconciliação, ou pelo menos um espaço, eu diria, de diálogo, onde os diferentes pontos de vista

possam ser ouvidos e possam dialogar. Por isso, falaria mais de diálogo do que de reconciliação. Mas talvez sim, a reconciliação está em algum lugar no horizonte. Porque bem, ainda estamos em um período de guerra também, então é importante dizer isso.

Então eu diria que a primeira coisa seria traduzir esse desejo de ser um lugar de debate e de apresentar diferentes pontos de vista de forma concreta na forma como as histórias são construídas. Eu, aqui, estou dizendo minha opinião pessoal, acho que ainda não fazemos o suficiente, que no final dizemos que queremos apresentar pontos de vista diferentes, mas que o ponto de vista, o ponto de visão que apresentamos já é relativamente diversificado porque é fruto de um diálogo entre nós. Então já está algures um bom passo para a vocalidade plural e para o facto de existirem várias vozes na história que temos, que construímos. E digo de passagem, porque para mim é importante. É também por isso que quisemos, na nossa exposição temporária que agora se apresenta sobre a história dos resíduos, apresentar as vozes de especialistas da área que estão completamente fora do mundo do museu. Mas justamente para ter outros pontos de vista que são pontos de vista profissionais ou de pessoas comprometidas com o assunto.

Podemos tomar o exemplo do que se chama de visitas carta branca, deixando assim que as pessoas de fora do museu interpretem o próprio museu e apresentem a sua própria interpretação do museu, seja académica ou pessoal ou com escritos de artistas como fizemos na nossa exposição temporária atual sobre os resíduos. Então esse é um dos tipos de mediação que podemos apresentar. Estamos num projeto, em parceria com a Universidade de Luxemburgo, onde os alunos se propuseram a intervir numa parte da exposição permanente e a propor outras formas de dialogar um pouco com o que nós próprios fizemos. Ainda somos um museu relativamente jovem, então ainda são tímidas as tentativas que estamos fazendo na direção do museu. Estamos entrando no sétimo ano de vida do museu e é hora de fazer um pequeno *feedback* crítico. E então essa questão de multi-perspectivas e que é, como eu disse, um primeiro passo para uma possível reconciliação. Precisamos aumentar essa atividade múltipla no museu, mas também na forma como possivelmente revemos a exposição permanente. Se tivermos meios para isso.

3. Diante da crescente polarização política, da ascensão do extremismo e da crise da democracia, como esse museu se posiciona? Acha que os museus têm um papel a desempenhar a este nível?

Sim. Assim é dada a escolha que fizemos primeiro na nossa exposição permanente, de escrever ou contar uma história da Europa que é antes de tudo uma história política da Europa. A questão da democracia é central, como você percebeu ao visitar a exposição permanente. É realmente uma das linhas principais da história contada em Paris. E é também por isso que começamos esta história com a Revolução Francesa que é o nascimento, enfim, que pode ser considerado como o nascimento da e o nascimento de uma Europa política moderna, digamos assim, e democrática, ou pelo menos parcialmente democrática e cada vez mais democrático, ao qual se está atento. Existe toda a questão do direito de voto, por exemplo, que é apenas um caso, apenas um dos aspetos da democracia, ao qual se deu muita ênfase. Sobre o fato de que depois da Primeira Guerra Mundial, na época com o desmantelamento dos grandes impérios, os novos Estados que foram criados na Europa eram todos Estados democráticos na década de 1920, mas muito rapidamente se tornariam em sua maioria entre eles ditaduras ou, pelo menos, regimes autoritários. Então, essas são questões realmente fundamentais no nosso quadro narrativo, em nossa história. E são também questões sobre as quais somos frequentemente desafiados, já que fazemos parte da Direcção-Geral da Comunicação que é responsável no Parlamento Europeu pela organização das eleições e pela sensibilização.

Aqui, acho que também podemos ser uma ferramenta interessante para explicar o que é a democracia, para explicar que a democracia, isso não é uma coisa óbvia, que não é nem é apenas um processo de cima para baixo, é um processo de baixo para cima e isso sem todas as lutas e lutas. A mobilização das comunidades, dos povos, dir-se-ia, não é falar na linguagem do século XIX ou da sociedade civil para falar mais na linguagem do século XX ou do século XXI que sem estas mobilizações não estaríamos no mundo mais aberto e mais democrático em que estamos agora e é isso, acima de tudo, e eu diria que essa é a mensagem a ser transmitida hoje, nestes tempos um tanto conturbados, de que nada é garantido para sempre e devemos ficar atentos. Então aí, eu acredito que tem uma mensagem muito forte, nós mantemos essa ideia de objetividade e retrospectiva e seriedade nesse compromisso. Mas é claro que esse papel empenhado pelo museu está aí, nomeadamente na questão da democracia também porque fazemos parte do Parlamento Europeu e isso é obviamente a emanação democrática por excelência dos europeus.

Estamos desenvolvendo uma visita guiada à exposição permanente sobre o tema da democracia no nosso *tablet*. Desenvolvemos temas diferentes, mas a democracia será uma das próximas a sair. Em parte, também porque haverá eleições europeias em 2024, mas obviamente é um assunto essencial. É um tema em que somos constantemente desafiados a fazer uma exposição temporária sobre democracia e onde dizemos, mas temos a nossa exposição permanente que é uma exposição sobre a

democracia, pelo que não é necessário acrescentar-lhe uma camada, mas por outro lado, outras ferramentas também são extremamente presentes nos recursos desenvolvidos pelo serviço educativo para escolas e para outros tipos de público.

4. Quais são os mecanismos que esse museu utiliza para avaliar o impacto da sua oferta expositiva (permanente e temporária)?

Então isso é muito complicado porque estamos bem no meio disso. Estamos em um processo de avaliação que lançamos há relativamente pouco tempo. Portanto, existem diferentes níveis, eu diria. Estamos fazendo uma análise completa, sobre tudo o que foi escrito sobre nós e publicado. Porém esse é um nível de avaliação bastante acadêmico. Nós no próximo ano faremos entrevistas com visitantes, ainda não fizemos muito, não temos muitas na verdade. Ainda não temos muitas avaliações e *feedbacks*. Ainda estamos um pouco no início desse processo de avaliação, mas tentamos fazer e multiplicar os estudos de visitantes. Já fizemos *focus groups*, mas a montante, ou seja, a pedir a grupos de cidadãos selecionados segundo critérios científicos que assegurem a maior representatividade possível.

Também avaliamos muito os eventos e temos um questionário muito simples que submetemos aos visitantes no final das visitas guiadas para avaliar a visita em si ou o evento quando fazemos eventos, mas onde também pedimos, principalmente para as visitas a hora do almoço que fazemos todas as terças-feiras ao meio-dia, quais são os temas que as pessoas gostariam de ver abordados. Portanto, temos um *feedback* que não são sistemáticos então ainda não estamos superdesenvolvidos nesse aspeto, mas estamos em processo de desenvolvê-lo.

ANEXO 5

Fotografia da Fachada da Casa da História Europeia, Bruxelas (Bélgica)



Fonte: autoria de Amanda Costa

ANEXO 6

Fotografia do *tablet* utilizado pelos visitantes na Casa da História Europeia



Fonte: autoria de Amanda Costa

ANEXO 7

Fotografia da fachada do Museu do Aljube, Lisboa (Portugal)



Fonte: Público, autoria de Margarida Basto, retirada a 13/09/2023 de: <https://www.publico.pt/2020/04/07/culturaipilon/noticia/museu-aljube-pede-publico-memorias-abril-partilhar-dia-25-1911369>.

ANEXO 8

Fotografia do 3º piso da exposição permanente do Museu do Aljube sobre o 25 de Abril de 1974



Fonte: autoria de Amanda Costa

ANEXO 9

Fotografia da Topografia do Terror, Berlim (Alemanha). Ao lado esquerdo o trecho do Muro de Berlim e a exposição permanente ao ar livre e ao lado direito o centro de documentação



Fonte: autoria de Amanda Costa

ANEXO 10

Fotografia da exposição permanente ao ar livre com a presença do trecho do Muro de Berlim em segundo plano



Fonte: autoria de Amanda Costa